

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Orientador: Prof. Jocelito Zalla

Trabalho de Conclusão de Curso

**A Educação Popular contra políticas impopulares:
memórias, militância política e identidades docentes na
Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul**

Guilherme Goettens

PORTO ALEGRE (RS), 2024.

Guilherme Goettens

**A Educação Popular contra políticas impopulares:
memórias, militância política e identidades docentes na
Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Jocelito Zalla

PORTO ALEGRE (RS), 2024.

Guilherme Goettens

A Educação Popular contra políticas impopulares: memórias, militância política e identidades docentes na Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Jocelito Zalla

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jocelito Zalla (UFRGS)
Orientador

Profa. Dr^a. Aryana Lima Costa (UFRN)
Examinadora

Profa. Dr^a. Carla Beatriz Meinerz (UFRGS)
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O ingresso em uma universidade pública e gratuita, para além da formação acadêmica e profissional, me permitiu uma grande expansão de horizontes. Hoje, percebo a magnitude dessa oportunidade e o seu profundo impacto em meu futuro, e seguirei defendendo que tais instituições possam seguir transformando o futuro de outros jovens e adultos.

Agradeço ao meu orientador, o professor Jocelito Zalla, por compartilhar seu conhecimento comigo, e também por sua disponibilidade e aconselhamento ao longo de todo o meu processo de investigação neste trabalho.

Agradeço também aos docentes entrevistados, Liana Borges e Sílvio Alexandre, pela diligência com que me receberam, e que foi crucial para que este trabalho pudesse se tornar realidade. Suas histórias marcaram a minha formação e identidade docente.

Agradeço à minha companheira, Daniela, por todo o seu apoio durante minha jornada na graduação e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava. Junto ao Bafinho, à Flora e à Dory, vocês me mostraram o significado de família.

Agradeço à minha amiga e colega Júlia, pela companhia e apoio durante toda a graduação. A sua presença tornou essa experiência muito mais leve e auspiciosa.

Por fim, agradeço a todos os professores, colegas e amigos que, de alguma maneira, estiveram presentes ao longo do caminho e contribuíram para a minha formação docente

RESUMO

A presente investigação se insere no âmbito da História da Educação, com enfoque na Educação de Jovens e Adultos, e foi construída a partir de uma rede de contatos estabelecida junto a docentes da modalidade durante uma experiência de estágio docente obrigatório junto ao NEEJA Paulo Freire, em Porto Alegre (RS). A pesquisa objetiva contribuir para os estudos referentes à História recente da EJA no Rio Grande do Sul. Para isso, foram examinadas as ações políticas de dois professores - Liana Borges e Sílvio Alexandre - através da análise de seus depoimentos orais, relativos à sua experiência dentro do recorte de tempo proposto: da redemocratização ao início do terceiro mandato do governo Lula. Objetiva-se, também, realizar o levantamento e a análise de fontes bibliográficas que abrangem as políticas educacionais para a EJA no âmbito nacional e estadual. A coleta dos depoimentos foi realizada através de entrevistas individuais semi-estruturadas, com base na metodologia da História Oral. Entre os conceitos utilizados para a análise das fontes orais, se destacam: “marcos de memória” e “identidade”, conforme definidos por Michael Pollak. Unindo a militância à docência, os depoentes trazem diferentes pontos de vista, que nos permitem um melhor vislumbre de sua identidade docente: ela possui uma perspectiva político-partidária, de alguém que geriu políticas públicas na educação, enquanto ele traz o ponto de vista do movimento docente autônomo. Eles estabelecem uma relação de temporalidade entre si, na qual um fica a cargo de abordar a parte inicial do período, elucidando a história das políticas públicas para a EJA no estado, bem como a criação dos NEEJAs, enquanto o outro, abordando a parte final do período, explica os ataques que estas instituições vêm sofrendo.

Palavras-chave: história da educação; políticas públicas; história oral;

ABSTRACT

This investigation falls within the scope of the History of Education, with a focus on Youth and Adult Education, and was built from a network of contacts established with teachers of the modality during a mandatory teaching internship experience with NEEJA Paulo Freire, in Porto Alegre (RS). The research aims to contribute to studies relating to the recent history of EJA in Rio Grande do Sul. To this end, the political actions of two teachers - Liana Borges and Sílvia Alexandre - were examined through the analysis of their oral statements, relating to their experience within the proposed time frame: from the redemocratization to the beginning of the third term of the Lula government. The aim is also to carry out a survey and analysis of bibliographic sources that cover educational policies for EJA at the national and state levels. The collection of statements was carried out through individual semi-structured interviews, based on the Oral History methodology. Among the concepts used to analyze oral sources, the following stand out: “memory milestones” and “identity”, as defined by Michael Pollak. Combining activism with teaching, the interviewees bring different points of view, which allow us a better glimpse of their teaching identity: she has a partisan political perspective, of someone who managed public policies in education, while he brings the point of view of the autonomous teaching movement. They establish a relationship of temporality between them, in which one is in charge of addressing the initial part of the period, elucidating the history of public policies for EJA in the state, as well as the creation of NEEJAs, while the other, addressing the final part period, explains the attacks that these institutions have been suffering.

Keywords: history of education; public policies; oral history;

INDÍCE

1. Introdução	8
2. A história da EJA segundo a bibliografia especializada	16
3. Um pouco da história da EJA no RS: Liana Borges e o contexto de criação dos NEEJAs	25
4. Sobre as administrações populares e os governos impopulares: a trajetória e a militância de Sílvio Alexandre na EJA	34
5. Memória e identidades docentes na EJA do RS: uma análise comparada	44
6. Considerações finais	52
7. Bibliografia	55
8. Anexos	57

1. Introdução

A motivação para essa pesquisa foi gerada a partir de minha própria experiência como docente em formação, atuando como professor estagiário junto a um núcleo de EJA. O objetivo central desta pesquisa consiste em contribuir para os estudos referentes à História recente da EJA no Rio Grande do Sul, em especial examinando as ações políticas dos docentes em defesa da modalidade; assim como para o reconhecimento de sua luta e pelo pleno funcionamento dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA). Objetiva-se, também, realizar o levantamento e a análise de fontes, tanto documentos oficiais quanto mídias independentes e produções próprias dos docentes, que abrangem as políticas educacionais para a EJA no Brasil e no Rio Grande do Sul; produzir entrevistas com o professorado da EJA, com enfoque nos núcleos estaduais dessa modalidade, acerca do desenrolar das políticas educacionais nos anos recentes, assim como as táticas de resistência construídas por estes; perceber as articulações entre memória, identidade docente e luta pelo direito à educação; construir uma interpretação das estratégias de resistência das professoras e dos professores aos ataques neoliberais ao sistema de educação pública, especialmente à modalidade EJA.

Em relação a essa modalidade de ensino, é pertinente reconhecer a sua profunda relação com a Educação Popular:

A história de ambas se encontram, se relacionam e se desenvolvem muito próximas, tendo como cenário um Brasil de desigualdades sociais e de lutas de classe, por direitos sociais negligenciados a camada mais empobrecida da população. (Caseira; Pereira, 2016, p. 4)

Tal perspectiva está alinhada com o que pude constatar na prática, desde experiências anteriores com a docência. Como professor voluntário atuei em um coletivo de Educação Popular, o Emancipa - Porto Alegre, no qual eram as ações organizadas e a articulação política do coletivo que o permitia suprir as demandas estruturais e garantir o acontecimento das aulas gratuitas. Ali, no âmbito do coletivo, pude perceber uma prática docente profundamente ligada à política. Para além da participação em manifestações públicas, a reflexão acerca da sociedade e das políticas públicas era uma constante em qualquer prática docente: nos eventos de formação de professores; no planejamento das aulas; mesmo nas mais simples conversas com os colegas, cujas vivências e tempo de experiência eram de grande variedade. Mais recentemente, já cercado o final de minha graduação, novamente tive a oportunidade de atuar na Educação Popular, dessa vez junto ao NEEJA Paulo Freire,

localizado em Porto Alegre, no bairro Auxiliadora, onde então realizei o meu estágio curricular obrigatório referente ao Ensino Médio.

Os NEEJAs são instituições oficiais que compõem o sistema estadual de educação do estado do RS, assim como as escolas públicas estaduais e escolas privadas, sendo regidos e fiscalizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEED/RS). Estes núcleos são considerados como os sucessores dos supletivos, representando a modalidade da EJA em formato não-presencial. Ou seja, só é exigido que o aluno esteja presente para a realização das provas, que são então certificadas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/RS). Apesar disso, são ofertados, além do material didático na forma de apostilas, atendimentos individualizados e aulas preparatórias para cada área do conhecimento. Vale ressaltar que, uma vez que desde 2017 não é mais possível obter a certificação de conclusão do Ensino Médio a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), essa certificação, para os alunos da EJA, pode ser obtida através das provas dos próprios NEEJAs ou então do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).¹

Sabendo da existência do NEEJA Paulo Freire, prontamente entrei em contato para a realização de estágio curricular obrigatório. Durante essa experiência, pude perceber que o corpo discente do núcleo era composto majoritariamente por trabalhadoras e trabalhadores, mães e pais de família, cujo tempo disponível para se dedicar ao estudo é bastante limitado. Em resposta a isso, o Núcleo permitia uma grande flexibilidade de horários, disponibilizando aulas e a realização das provas nos três turnos. Essa flexibilidade é o que garante que os estudantes frequentem regularmente as aulas de cada disciplina até a sua aprovação, se convertendo em uma expressiva adesão por parte dos discentes desde a sua matrícula junto ao Núcleo. Quanto à questão do tempo limitado para o estudo fora da sala de aula, o uso das tecnologias de comunicação, mais especificamente os aplicativos para smartphone como o Whatsapp, se fazia de grande importância por aproximar os alunos do professor, além de facilitar o acesso aos materiais didáticos e a pesquisa na internet. Também era perceptível certa diferenciação conforme a faixa etária dos estudantes: os mais jovens, em sua maioria, não estavam fora da escola há mais do que dois anos. Já aqueles com mais idade estavam há

¹O ENCCEJA é um exame utilizado para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. É realizado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e se direciona aos jovens e adultos residentes no Brasil ou no exterior que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade própria e que atendam ao art. 38, §1º e §2º da Lei de Diretrizes e Base (LDB), a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996: tenham, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do Exame, para quem busca a certificação do ensino fundamental; ou tenham, no mínimo, 18 anos completos na data de realização do Exame, para quem busca a certificação do ensino médio. (Fonte: Inep)

algumas décadas fora da sala de aula. O ponto em comum entre a maioria aparentava estar na motivação: a procura pela educação como uma forma de alcançar melhores condições de emprego e de vida. Oportunidade essa que se concretiza através da obtenção dos diplomas da Educação Básica, e pode se estender ao Ensino Superior.

Para melhor compreensão da necessidade de abordar o problema apontado, pode-se observar alguns dos dados estatísticos relativos à educação: de acordo com o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o Rio Grande do Sul possuía 43,4% da população com 15 anos ou mais sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, e apenas 26,15% que concluíram o Ensino Médio. Mais recentemente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), também realizada pelo IBGE, a porcentagem de gaúchos com 25 anos de idade ou mais que possuem 12 anos ou mais de estudo, ou seja, com o tempo mínimo previsto para a plena conclusão da educação básica, era de 49,7%. Quanto à rede gaúcha de NEEJAs, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2021, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), esta contava com 29 núcleos em 2019. Em 2021, esse número foi reduzido para 23. A capital Porto Alegre, que contava com 7 núcleos, manteve 4. Além disso, em meio ao caos pandêmico, o governo do estado proibiu a abertura de novas turmas da EJA e dos NEEJAs. O Censo Escolar nos aponta também que, nesse espaço de tempo, o estado gaúcho registrou a maior queda no número de matrículas da EJA entre os estados brasileiros, com uma redução de 56%, o equivalente a cerca de 40 mil matrículas a menos. A partir dessas informações, é visível que ainda há muito a ser feito para que o estado garanta o direito à educação para a parcela de sua população que não pôde concluir a educação básica no tempo previsto. O Rio Grande do Sul carece de estrutura para a EJA, mas parece estar seguindo o fluxo contrário. Os docentes dos Núcleos têm denunciado a desestruturação dessas instituições pela SEDUC. Processo que, segundo eles, está em andamento desde o governo Sartori até o governo de Eduardo Leite.



Mobilização de docentes dos NEEJAs de Porto Alegre em frente ao prédio da SEDUC pela permanência dos Núcleos e pela abertura de diálogo junto ao governo do estado. Porto Alegre, 23/02/2022. Fonte: Repórter Popular RS

Estes professores já organizaram diversas mobilizações, abaixo-assinados e participaram de audiências junto a órgãos públicos detalhando suas denúncias e a situação dos NEEJAs e da EJA no estado. Apesar disso, há uma grave escassez de informações sobre suas ações, seja em registros oficiais ou cobertura da mídia tradicional. As informações a respeito de suas manifestações surgem, em grande parte, através de documentos de produção própria, exposição em blogs e jornais independentes, como o Blog Professora Marli - Falando de Educação (www.profemarli.com) e o jornal Repórter Popular RS (www.reporterpopular.com.br). Desse modo, as vozes desses professores vão sendo suprimidas e um importante problema social se desenrola fora de nosso campo de vista. É esta uma das principais constatações que trago do período em que estagiei junto ao NEEJA Paulo Freire, tendo interagido com docentes e ex-docentes preocupados com o futuro dessa modalidade de ensino no estado. Assim, entre as motivações que gestaram o presente trabalho se encontra a vontade de retribuir a atenção e o acolhimento com que fui recebido, e aproveitar a oportunidade de ouvi-los e contribuir para que essa luta seja divulgada e discutida. Luta essa que, hoje, já reconheço como minha também.

Deste modo, esta pesquisa tem o intuito de trabalhar a história oral dos professores ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Rio Grande do Sul (RS). Tendo como recorte temporal o período entre o governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, e o pós-2016 mais imediato. Através da realização de entrevistas temáticas, tanto presenciais quanto em plataformas virtuais, foram coletados depoimentos de indivíduos de interesse, caracterizados aqui pela rede de professores que milita pela Educação Popular em diferentes bases escolares, para que, contrapondo as narrativas produzidas por eles às políticas educacionais estaduais estabelecidas no período entre 2016 e 2022, compreendidas neste trabalho como fontes documentais, se possa analisar e discutir as reações destes docentes às táticas dos governos considerados impopulares, especialmente às políticas neoliberais de desmonte da educação que vem se intensificando no pós-golpe de 2016.

Optou-se pelo emprego da categoria “golpe” para descrever, nesta investigação, o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, consumado pelo senado em 31 de agosto de 2016, por esse ser compreendido aqui como uma ruptura democrática, um golpe de Estado, que abriu caminho para um governo ilegítimo. A definição do conceito de golpe de Estado utilizada aqui se trata da que é apresentada por Lombardi e Lima no texto O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado, prefácio do livro A crise da democracia brasileira, organizado por Carlos Lucena, Fabiane Santana Previtali e Lurdes Lucena:

[...] a derrubada de um governo constitucionalmente legítimo, podendo ser violento ou não. É golpe porque promove uma ruptura institucional, contrariando a normalidade da lei e submetendo o controle do Estado a alguém que não foi legalmente designado para o cargo. É golpe mesmo quando o impedimento estiver previsto na lei maior de um país, mas as condições formais para tanto não forem respeitadas pelos poderes do Estado – executivo, legislativo ou judiciário – como ocorrido em vários países da América Latina, ontem e hoje. (Lombardi; Lima, 2017, p. 01)

O desenrolar de tal evento, por sua ampla influência nos rumos das políticas públicas nos anos que se seguiram, especialmente no campo educacional, é de suma importância para o que se pretende analisar. O polêmico impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT) deu início ao governo interino de seu ex-vice, Michel Temer (MDB), que, em seguida, assumiu o cargo definitivamente. Com o governo Temer, o Brasil se encaminha a uma mudança no regime econômico que favoreceu o desenvolvimento de políticas neoliberais de grande impacto na educação. Um exemplo disso se encontra na aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, em vigor desde 2016, que limita o crescimento das despesas do governo brasileiro por 20 anos e afeta principalmente as áreas da educação e saúde; além dos ataques ao Fundo Social do Pré-sal através do Projeto de Lei (PL) nº 209/15,

aprovado em 2020, e do PL 1583/22, que visa desobrigar o Estado brasileiro a destinar o dinheiro do pré-sal para a educação e saúde, extinguindo este fundo; assim como ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), através da Lei Complementar (LC) 194, criada para reduzir o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre energia, combustíveis, comunicações e transportes, mas que representa um corte significativo nos recursos destinados ao fundo. A razão dada para a aprovação do afastamento de Dilma pelo Senado se valia das acusações de ato de improbidade administrativa na forma de "pedaladas fiscais", que consistem no ato de atrasar repasses obrigatórios a bancos públicos de recursos para pagamento de benefícios sociais, sob sua gestão. Esse evento ficou então conhecido como o golpe de 2016. Hoje, sete anos após o ocorrido, Dilma Rousseff foi inocentada, não houve comprovação de improbidade administrativa ou crime, o caso foi arquivado pelo Ministério Público Federal (MPF), mas as consequências do impeachment para as políticas públicas seguem a todo vapor.

Além do conceito de golpe de Estado, será elencado também o conceito de Educação Popular, destacando o seu papel transformador e o compromisso com as classes populares que estão em seu âmago, conforme é descrito no Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas²:

A Educação Popular a um só tempo é uma concepção prático-teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais, consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história. (Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG, 2014. p. 07).

Para esta pesquisa, também será mobilizado o conceito de “militância política”, da maneira como é compreendido em (Pacievitch; De Rossi. 2011), onde são abordadas pelos autores a responsabilidade docente e as utopias como motivações para a militância em prol da docência e da educação por parte dos professores de história, como a ação dos indivíduos que se identificam politicamente com uma causa ou grupo e posicionam em sua defesa. Por último, a articulação teórica desta investigação lançará mão da noção de “táticas de resistência” que Michel de Certeau traz no primeiro volume de sua obra “A invenção do

²Publicado em 2014, sob o governo de Dilma Rousseff, o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas é o documento oficial produzido pelo Governo Federal, em conjunto à movimentos sociais, universidades e educadores, para reunir as referências fundamentais para a Política Nacional da Educação Popular. Este documento se dirige aos gestores públicos que, no âmbito de suas competências e atribuições, têm o papel de elaborar e implementar as políticas públicas educacionais. Fonte: (Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG, 2014. p. 07).

cotidiano”. Ao desenvolver sua concepção de resistência, Certeau a separa em duas noções de práticas do cotidiano que são complementares enquanto parte do processo de organização de uma sociedade: as “estratégias”, práticas criadas por indivíduos ou grupos em posição de poder que visam organizar o espaço social e estabelecer conjuntos de rotinas que direcionam as ações de outros indivíduos em sua vida cotidiana segundo a sua vontade; e as “táticas”, práticas inventadas pelos integrantes de uma sociedade, alheios ao poder, para lutar o mais “forte”, resistindo e contornando as suas estratégias de dominação. Segundo Certeau, muitas práticas cotidianas compõem o tipo “tática”, como falar, ler, e consumir. São “pequenas vitórias” que representam formas astutas de subverter a ordem estabelecida à sociedade.

Considerando o intuito de investigar, neste trabalho de pesquisa, a história da EJA e o avanço neoliberal na esfera das políticas públicas de educação no Rio Grande do Sul, é de interesse que se realize uma busca na literatura por análises pertinentes ao assunto. Entre as obras levantadas, destacam-se as seguintes: a tese de doutorado de Liana Borges, de título “A alfabetização de jovens e adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA”, que aborda a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil entre 1950 e 2002 através da contraposição do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Movimento de Alfabetização de Adultos de São Paulo (MOVA-SP); O texto “A EJA e o ensino de História: políticas públicas, formação de professores e práticas curriculares” de Aryana Lima Costa e Jocelito Zalla; o livro de Valdo Barcelos, intitulado “Formação de professores para educação de jovens e adultos”, em que o autor dedica o primeiro capítulo a um importante questionamento – quem é esse educador(a)? – oferecendo uma valiosa contribuição para a caracterização do professorado da EJA e sobre sua formação; além da obra “Os reflexos do projeto neoliberal na política da educação no Rio Grande do Sul: o estudo das três últimas gestões governamentais a partir de 2010”, tese de doutorado de Margarete Hirdes Antunes, através da qual é possível discutir como as últimas gestões influenciaram os rumos da educação no estado durante o período em questão, assim como as bases teóricas por trás de seus projetos educacionais.

Levando em consideração a bibliografia localizada, para este trabalho se optou por empregar o método da Análise do Discurso para a compreensão das fontes documentais, e da História Oral para a produção das fontes orais. A escolha pela história oral se justifica por se reconhecer no emprego da oralidade como fonte de pesquisa um meio de expressão das realidades vividas pelos indivíduos e grupos de interesse. Estes que, como já foi dito anteriormente, não contam com a sua história registrada pelos meios oficiais. Assim, como

afirma Rompato (2010, p. 343): “o texto produto da transcrição do depoimento oral torna-se uma importante fonte de pesquisa como qualquer outra fonte que possa merecer entre seus ‘pares’ tradicionais (os documentos escritos) o status de documento histórico.” Sendo assim, serão produzidas as fontes orais a partir da coleta de depoimentos em entrevistas temáticas e individuais, realizadas tendo por referência teórica as obras “Manual de História Oral”, de Verena Alberti, que aponta os procedimentos metodológicos para conduzir tais entrevistas, e também o “Usos e Abusos da História Oral”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, que contribui como aporte teórico sobre tal método de pesquisa. Quanto às especificidades desta metodologia, para a investigação que se propõe aqui, o “Manual de História Oral” será de grande valia. Nesta obra, são elucidados os principais parâmetros a serem estabelecidos para a realização das entrevistas, como o tipo e a forma de conduzi-las, a escolha dos entrevistados e sua quantidade, inclusive abordando a análise das narrativas que serão construídas por estes indivíduos e a formulação da carta de cessão de direitos sobre depoimento oral, indispensável para validar o uso destes relatos neste trabalho.

A partir da metodologia apresentada foi estabelecido que, para esta investigação, os indivíduos convidados a participar seriam professoras e professores ligados à EJA, e que fazem parte da rede de professores que milita em prol da Educação Popular no Rio Grande do Sul. Essa escolha ocorreu, principalmente, pela proximidade a esta rede que a realização de meu estágio curricular obrigatório referente ao Ensino Médio junto ao NEEJA Paulo Freire me proporcionou. Oportunidade essa que foi amplificada através da rede de contatos dos professores Jocelito Zalla, orientador deste trabalho, e Sílvio Alexandre, docente de História no Núcleo e que atuou como supervisor de meu estágio junto à instituição. Além de me apresentarem o contexto da resistência empregada pela categoria até então, foi através deles que pude estabelecer contato com os demais docentes, incluindo aqueles de outros Núcleos, a exemplo dos NEEJAs Vicente Scherer e Darcy Ribeiro, a quem foi estendido o convite para participar das entrevistas. Em relação ao conteúdo das discussões propostas para as entrevistas, este será construído a partir de questões relacionadas às experiências dos docentes da EJA e a história das políticas públicas educacionais no estado, abordando sua participação política e também as relações estabelecidas entre a categoria e as gestões governamentais.

2. A história da EJA segundo a bibliografia especializada

Para despontar as discussões que se pretende abordar nesta investigação, é pertinente retomar parte do histórico da educação de adultos no Brasil, como é apresentado pela literatura da área. Para tal, será elencada, primeiramente, a tese de Doutorado de Liana Borges, também depoente e sujeita desta pesquisa, conforme indicado, intitulada “A alfabetização de jovens e adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA”. A obra aborda o percurso da alfabetização de jovens e adultos através da contraposição do MOBRAL e do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos de São Paulo (MOVA-SP), adotando um recorte temporal que abrange o final da década de 1950 até o começo dos anos 2000. Na obra, a autora aponta que, de acordo com a bibliografia especializada, mais especificamente Haddad (1991), Beisiegel (1994) e Paiva (1973), a história da educação de jovens e adultos no Brasil tem seu início por volta das décadas de 1930 e 1940. É durante esse período que se começa a estabelecer a educação como direito universal e responsabilidade do Estado. Ela adota, ainda, a periodização estabelecida por Paiva (1973), que separa a história da modalidade em três períodos: o primeiro deles compreende o espaço de tempo entre os anos de 1946 e 1958, caracterizado pela organização das campanhas nacionais de alfabetização, cujo objetivo era o de “erradicar o analfabetismo”; seguido pelo período compreendido entre 1958 e 1964, marcado pela criação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, coordenado por Paulo Freire e extinto após o Golpe Militar, a partir da ideia de um programa permanente para enfrentar o analfabetismo. seguido, por último, pelo período da Ditadura Militar brasileira, em que foi implantada a Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como “substitutos” aos movimentos de alfabetização que vinham sendo desenvolvidos. A partir dessas informações, podemos caracterizar o Golpe Militar como uma das primeiras rupturas no desenvolvimento da educação de jovens e adultos dentro da concepção freireana.

Na linha do tempo apresentada por Liana Borges, temos o início da educação de adultos como tema de política educacional na década de 1930, aparecendo já na constituição de 1934. Essa política educacional passa a tomar corpo em 1940, com o surgimento de suas primeiras iniciativas concretas. Nessa mesma década, pressionado pela UNESCO e a repercussão negativa internacional dos altos índices de analfabetismo no país, o governo brasileiro cria o Fundo Nacional do Ensino Primário, cujo objetivo era o de definir a destinação de recursos ao Ensino Supletivo de adolescentes e de adultos, e o Serviço de Educação de Adultos, que delega aos estados e municípios a obrigação de criar, até o final de

década de 50, a infra-estrutura necessária para atender adolescentes e adultos. Entre as décadas de 1940 e 1950 surgem as primeiras campanhas nacionais de alfabetização, sendo elas a 1ª Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, a Campanha de Educação Rural e a 2ª Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Com base em Favero (2003) e Soares (2003), a autora mostra que estas primeiras campanhas, especialmente a 1ª Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, eram desprovidas de experiência e estudos relacionados à alfabetização de adultos propriamente dita. Como resultado, o seu discurso, assim como os materiais didáticos e pedagógicos, eram produzidos com foco na educação de crianças e restrito à alfabetização. Já na 2ª Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que contou também com o envolvimento do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, há o emprego de um sentido maior, que ultrapassa a alfabetização e trabalha também com a saúde e a higiene. Há, neste ponto, uma forte perspectiva higienista, que se caracteriza pelo uso de termos como “chaga” para se referir ao analfabetismo, e a educação passa a ser vista como o meio para a sua “erradicação”. Sobre tal categorização do analfabetismo, Costa e Zalla (2021) afirmam que esta encontra seu uso nos interesses conservadores e elitistas. Isto é, age como forma de desresponsabilizar o Estado para com a educação de adultos, justificando o abandono da oferta de vagas para as etapas finais. Ainda assim, estas primeiras campanhas representam algo muito importante: a oficialização da preocupação do governo brasileiro, através do Ministério da Educação, com a educação de jovens e adultos.

Já no segundo período em discussão, compreendido entre 1958 e 1964, há o surgimento das propostas de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos. Com base em Favero (2003), Liana Borges mostra que as propostas freireanas possuíam diferenças fundamentais em relação àquelas campanhas de alfabetização. Além de uma sistematização coerente, essas propostas estavam pautadas na mudança da estrutura social como forma de provocar alterações na realidade da população brasileira. Para Paulo Freire, o problema não se encontrava no analfabetismo em si, mas sim na miséria e nas profundas desigualdades sociais que acometem a nossa sociedade. Dessa maneira, alfabetizar adultos sem provocar alterações na sua realidade social seria apenas formar mão de obra e base eleitoral. Como citado anteriormente, tais propostas, em pleno desenvolvimento em 1964, foram interrompidas pelo Golpe Militar, e aquele que viria a ser o patrono da educação brasileira, foi preso e então exilado.

De acordo com Costa e Zalla (2021), a Educação de Jovens e Adultos possui uma condição de invisibilidade simbólica e prática no Brasil. Os autores apontam que

Dentre uma função de múltiplos fatores, pesam, especialmente, a desigualdade abissal brasileira e as recorrentes políticas de austeridade econômica, que reforçam a transferência da renda nacional para o sistema financeiro e para as elites locais e mundiais, em um verdadeiro saque às verbas públicas que garantiriam o acesso da população a direitos universais, como a Educação (Costa; Zalla, 2021, p. 297).

E, ao analisarem o que classificam como percursos erráticos da EJA no Brasil, destacam que a bibliografia acadêmica especializada tende a chamar a atenção para a trajetória marginal da educação de adultos, condenando de forma velada a cultura popular e a oralidade. Afirmação essa que conflui com aquilo que já foi exposto sobre a história da educação de adultos no Brasil através da tese de Liana Borges. Em complemento, destaca-se que Costa e Zalla apontam para a tendência à infantilização e superficialidade recorrente na construção dos currículos para educação de adultos no Brasil, segundo eles “[...] Tudo se passa como se as necessidades dos estudantes adultos se limitasse à escrita e leitura básicas e a algumas operações matemáticas, o que bastaria para inseri-los no Brasil moderno e industrializado do século XX (claramente como mão de obra barata)” (Costa; Zalla, 2021, p. 299-300).

Ainda tomando por base a obra dos autores supracitados, tem-se a descrição do período compreendido entre 1958 e 1964 como uma fase promissora para a educação de adultos no Brasil, com a união de movimentos sociais, educadores e o Estado em duas iniciativas: o II Congresso Nacional de Educação e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Os autores também destacam que o congresso promoveu o método freiriano de alfabetização, e que tal campanha estava “afinada a uma perspectiva educativa humanista, emancipatória e de ampliação da cidadania.” (Costa; Zalla, 2021, p. 301). Ao ponto do Golpe Militar, com a perseguição a Paulo Freire e o desmonte do projeto nacional de educação cidadã e emancipatória que este propunha, restou aos militares reorganizar a educação de adultos. O que se tem é um retorno à luta contra o analfabetismo, com uma educação despolitizada e alheia à ideia de transformação e justiça social. A partir da brusca interrupção desta promissora fase pelo Golpe Civil-Militar de 1964, Costa e Zalla (2021) indicam ter ocorrido um expressivo retrocesso político-pedagógico, com a repressão aos movimentos de educação popular e interrupção das políticas de educação para adultos que vinham sendo construídas até então. Tal retrocesso representa, portanto, um retorno às ideias de décadas antes, limitando a educação de adultos à função de preparar a força de trabalho como mão de obra barata. A perspectiva apresentada por Costa e Zalla é corroborada pela obra de Soares (2006), que afirma que o Golpe Militar interrompeu o avanço da EJA na perspectiva que vinha sendo construída e, ao mesmo tempo, colocou o papel do Estado como centralizador e controlador das relações sociais. Para a autora, o objetivo dos militares seria o de garantir a

tendência de internacionalização da economia, motivo de pressão sobre o Brasil naquele momento. Os movimentos que se organizavam a favor da EJA são então acusados de ideologia de esquerda, dando início a um processo de perseguição e exílio de pensadores e militantes dos Movimentos de Educação Popular, assim como ocorrera com o próprio Freire. Tais movimentos, destaca a autora, mesmo interditados, continuaram atuando na clandestinidade. Em complemento, Borges (2009) cita Haddad (1991) para explicar que, mesmo reprimidas, aquelas novas ideias e ações educativas voltadas aos adultos não se extinguíram por completo. Estas foram gradativamente se recompondo e exercendo influência fora do aparelho do Estado, em espaços da sociedade civil que permitiam aos movimentos sociais desenvolver ações de educação popular.

Em relação às ações educativas realizadas durante o período pós-Golpe Militar, Borges (2009) aponta, primeiramente, que a Educação Popular foi assumida por igrejas, associações de moradores e demais espaços comunitários locais. E então que, a partir de 1969, o governo federal organiza o programa educativo MOBRAL e o Ensino Supletivo. O MOBRAL foi desenvolvido em todo o território nacional, com o objetivo de oferecer alfabetização a amplas parcelas de adultos analfabetos, mediante um intenso controle federal centralizado, de forma semelhante às campanhas de alfabetização pré-existentes à influência freireana. Sobre este programa, Soares (2006) afirma se tratar da concretização de uma proposta que sintetizaria as mobilizações que ocorreram no governo militar, uma vez que, após o golpe, entraram em debate formas de se colocar em prática uma Educação de Adultos que atendesse às diretrizes do projeto político-econômico da ditadura, ou seja, de controle político da população e preservação da ordem capitalista. Quanto ao Ensino Supletivo, Borges (2009) afirma que este possuía a tarefa de realizar a oferta de escolarização correspondente ao Ensino Primário, tomando por base a escola regular, ou seja, os Ensinos Fundamental e Médio, e cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71, de 1971, que o instaura e define a sua organização da seguinte maneira:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescente e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades de atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular a atualização de conhecimentos. § 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam; § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios,

televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26. Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizadas para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

Ainda sobre o Ensino Supletivo, Soares aponta que, mesmo havendo passado por modificações ao longo do tempo, “[...] este não conseguiu impor-se no Sistema Estadual de Ensino como uma alternativa de escolarização séria, pois muitos de seus programas e propostas pareciam reduzir-se a programas escolares compensatórios cuja finalidade se restringia à certificação de conclusão de curso” (Soares, 2006, p. 32). A autora complementa sua avaliação com: “as reformas do ensino dessa época revelam que o papel da escola resume o aprendizado na criação de força de trabalho e o progresso que está no modelo de desenvolvimento [...]” (Soares, 2006, p. 33), o que vai de encontro e reforça o que foi citado anteriormente em relação ao regresso às ideias sobre alfabetização e educação de adultos que vigoravam décadas antes.

Em seu texto, Costa e Zalla sumarizam os resultados de tais esforços da ditadura militar em estruturar uma forma da EJA que atendesse aos seus interesses da seguinte maneira:

[...] Mas apesar dessa fixação conservadora na alfabetização, reproduzida nos documentos oficiais até o fim da década de 2000, os resultados numéricos nunca foram animadores. Por essa razão, há a falta de novos investimentos, o sucateamento das instituições existentes e a recorrente descontinuação de políticas públicas e programas especializados, motivados pelo enxugamento e/ou desvio dos recursos, além da óbvia inadequação de pedagogias tradicionais e autoritárias em detrimento da construção de aprendizagens efetivas (Costa; Zalla, 2009, p. 300).

E explicam que, mesmo após o fim da Ditadura Militar em 1985, com a redemocratização da política nacional e o encerramento do MOBRAL, a conjuntura da educação de adultos no Brasil não se modificou de imediato. As ações dos governos que sucederam diretamente os militares serviram, na verdade, para reforçar a histórica marginalização da modalidade: no início da década de 1990, o governo federal anunciou a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que durou pouco mais de dois anos até ser fechado por falta de recursos. Seu objetivo era o de combater o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental. Contudo, tal programa, como destacam os autores, dava prioridade à alfabetização de crianças sobre a jovens e adultos. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1996, é aprovada uma PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que desobriga a oferta do Ensino Fundamental para jovens e adultos que não puderam concluir a etapa na idade considerada apropriada. Além disso, no mesmo

ano, é criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que Costa e Zalla apontam estar “afinada à visão privatista da nova classe dirigente” (Costa; Zalla, 2021, p. 302), excluindo o financiamento da educação primária para jovens e adultos.

Em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, Costa e Zalla destacam a notória contradição de que o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases, ou seja, a Lei 9.394/1996, que regulamentou o sistema educacional brasileiro em ambos os âmbitos público e privado, inclusive criando a sigla EJA e estabelecendo as bases curriculares para a modalidade, tenha se dado no mesmo ano dos ataques à esta. Os autores então destacam o artigo 38 desta lei, como se segue: “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (Brasil, LDB, 1996, apud Costa; Zalla, 2021, p. 302) e explicam que, apesar do avanço legal concretizado na LDB, a mesma vem para consolidar a concepção supletiva de currículo para adultos, constituindo um grande desafio para a área. Mesmo com tais dificuldades, os autores indicam que “[...] o clima político da abertura democrática permitiu a rearticulação de movimentos pela Educação, em diálogo com intelectuais progressistas, educadores e pesquisadores das universidades.” (Costa; Zalla, 2021, p. 302) e que “[...] o novo campo de pensadores da Educação assumiu a defesa da EJA como política de resgate histórico das parcelas marginalizadas ou excluídas da população” (Costa; Zalla, 2021, p. 303).

Costa e Zalla afirmam que, na virada do século, os pensadores da área da Educação não mais apontavam “apenas para o problema da alfabetização, mas também para a descontinuidade dos estudos de jovens e adultos”(Costa; Zalla, 2021, p. 303). Em 2001, o governo lançou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelecia metas de desenvolvimento para toda a década. Em 2007, a EJA é incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), garantindo o seu financiamento. Sobre esse momento, os autores o resumiram com: “Na década de 2000, parecíamos finalmente enfrentar a marginalização da EJA e seu histórico de percursos erráticos, sempre interrompidos por falta de verbas, retrocessos político-pedagógicos, desresponsabilização do Estado e preconceitos institucionais contra seus estudantes” (Costa; Zalla, 2021, p. 303). Essa mudança de perspectiva se refletiu, então, em medidas de regulamentação e na criação de diversos projetos para atender a jovens e adultos que não puderam concluir os seus estudos, assim como na publicação do Parecer nº

11 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes curriculares básicas para a modalidade. Este documento é, ainda hoje, o principal documento oficial sobre o assunto, e reconhece três funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Tal reconhecimento marca a superação do objetivo histórico de compensação focada no analfabetismo, alterando o foco para o combate da desigualdade social no Brasil. Os autores ressaltam a publicação do Parecer nº28 do CNE, que instituiu as diretrizes operacionais para a EJA, e também o fato de que o Ministério da Educação (MEC) apresentou propostas de currículo para a modalidade em 2001 e 2002. Também são destacadas por eles a lei 10.639/2003, que alterou a LDB para incluir a obrigatoriedade curricular do tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede oficial de ensino, e a lei 11.645/2008, que inclui o estudo da história e cultura indígena, que complementam as diretrizes da EJA.

Entretanto, tais propostas não são livres de contradições. Costa e Zalla chamam a atenção para o fato de que o Exame Nacional de Certificação de Competências para EJA (ENCCEJA), iniciado em 2002, ainda cobra conteúdos tradicionais do ensino regular, reproduzindo a concepção supletiva da educação de adultos e que, mesmo com o financiamento público garantido desde 2007, as políticas públicas para a modalidade “não modificaram de forma significativa, tanto em relação à erradicação do analfabetismo adulto, quanto ao incentivo à continuidade dos estudos desse alunado.” (Viegas; Moraes, 2017, p. 472-473). Apesar disso, eles concluem que:

Se não é possível afirmarmos que a concepção utilitária ou produtivista de currículo, de formação despolitizada para o mercado de trabalho, foi superada nesse período intenso de debates e ações para EJA, pelo menos retomamos, enquanto coletivo, perspectivas próximas daquelas que foram interrompidas pela Ditadura Militar [...] (Costa; Zalla, 2021, p. 304)

Cabe aqui recordar que, em 2003, ocorreu a transição do governo federal de FHC, para Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores. Lula é então reeleito em 2006 para, em 2010, ser sucedido no cargo por sua companheira de partido, Dilma Rousseff. Dilma se reelege em 2014, mas é impedida de dar continuidade ao seu mandato por um processo de impeachment movido contra ela em 2016. Entre as iniciativas para a EJA produzidas durante o governo Lula, Costa e Zalla apontam o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA (PROEJA), criado em 2007 e vinculado aos novos Institutos Federais de Educação (IFs). Institutos estes que, inclusive, foram criados durante o governo do petista, através do Projeto de Lei 3.775/08. Sobre tais governos e a política educacional do período, Antunes aponta que “O governo de Fernando Henrique Cardoso

efetivou o plano real, privatizou várias estatais brasileiras e seguiu a implantação do modelo neoliberal iniciado pelo governo breve de Fernando Collor de Mello” (Antunes, 2022, p. 91) e que “Os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, mesmo seguindo uma agenda neoliberal, tiveram uma atuação mais progressista e importantes políticas sociais foram orientadas neste período, no combate à miséria, o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito [...]” Na área da educação, a autora aponta que importantes investimentos para a educação básica foram realizados, destacando a transformação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (FUNDEF) para o FUNDEB. Como Costa e Zalla elucidam, e já foi citado anteriormente, a partir de 2007 a EJA passa a fazer parte do FUNDEB, garantindo o seu financiamento.

Um adendo interessante: apesar de, em sua tese, Antunes não abordar diretamente a modalidade, a sua análise levanta pontos que são de interesse para a história da EJA e sua escrita apresenta uma perspectiva da educação como direito e ferramenta de transformação social que está em sintonia com o que se compreende aqui como educação popular. Esta pode ser melhor compreendida tomando proveito da explicação citada em Brandão (2002), onde o autor investiga o que é a educação popular:

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador

A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. Pelo que foi exposto antes, o fato é que se a educação popular pode ser entendida como uma atividade específica (não é toda ação assistencial, de trabalho social ou política educativa) ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separado do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência. (La Educación Popular Hoy em Chile: Elementos para Definirla, ECO, Educación y Solidaridad - sem indicação de autor, p. 9)

Ainda a respeito do governo Dilma, em um texto mais recente, de 2021, o “Entre a amorosidade e a justa ira, resistiremos!»: a presença de Paulo Freire na trajetória de uma professoraeducadora popular”, Liana Borges ressalta que, representando a rede MOVA-Brasil, fez parte da equipe que compôs o Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas, elaborado e lançado em 2016. Neste mesmo ano, Dilma Rousseff teve seu mandato interrompido por um processo de impeachment, movido contra a petista sob acusação de improbidade administrativa, sendo substituída por seu vice, Michel Temer. Tal

processo é entendido nesta investigação como um golpe de Estado, dentro da definição apresentada anteriormente.

É interessante encerrar este capítulo falando sobre um texto de Liana Borges pois ela terá um duplo papel nesta investigação, ora como fonte bibliográfica, ora como testemunho. A partir da sugestão feita pelo professor Sílvio Alexandre enquanto eu ainda realizava meu estágio obrigatório junto ao NEEJA Paulo Freire, optei por entrevistar uma pessoa que, além de ser uma forte presença na militância gaúcha, fez parte da construção da EJA no estado – a própria Liana Borges.

3. Um pouco da história da EJA no RS: Liana Borges e a criação dos NEEJAs

A primeira pessoa convidada a participar das entrevistas foi Liana Borges. Além de pesquisadora, a convidada é também docente aposentada e militante que trabalha, entre outros temas, com a Educação Popular e a EJA, além dos Movimentos Brasileiros de Alfabetização (MOVA). Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é mestra e doutora em Educação pela mesma universidade. Foi representante da Rede MOVA-Brasil e participou da construção do Marco de Referência da Educação Popular³, além de ser co-fundadora do Café com Paulo Freire, uma rede nacional que tem por objetivo reinventar e manter vivo o legado do patrono da educação brasileira e cujos eventos marcaram a minha formação docente. A sua inclusão na lista de possíveis entrevistados nesta investigação partiu da indicação do professor Sílvio Alexandre que, ainda durante a realização de meu estágio curricular obrigatório junto ao Núcleo, compartilhava histórias de sua própria experiência docente comigo. Mais de uma vez tocou em seu nome, por se tratar de uma pessoa com uma ampla carreira como docente da EJA, além de uma expressiva participação na militância em defesa da educação popular e da dita modalidade no estado.

Encerrado o período de meus estágios de docência na graduação, enquanto elaborava e amadurecia o projeto desta investigação, tomei o hábito de retornar periodicamente ao NEEJA Paulo Freire e compartilhar minhas ideias com o professor Sílvio Alexandre, que tornou a indicar o nome da docente. Segundo ele, Liana Borges poderia contribuir, a partir de sua experiência, com informações relevantes para esta pesquisa, principalmente no tocante à história dos NEEJAs e da oferta da modalidade em Porto Alegre, assim como relatar partes importantes da trajetória da Educação de Jovens e Adultos como uma política pública no estado do Rio Grande do Sul. Então, considerando que, para despontar as discussões pretendidas aqui, se faz necessário resgatar o histórico da educação de adultos no processo de escolarização brasileiro, assim como a forma como esta modalidade se desenvolveu no estado gaúcho, é lógica a opção por se iniciar a investigação a partir da indicação dada pelo docente.

³ Publicado em 2014, sob o governo de Dilma Rousseff, o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas é o documento oficial produzido pelo Governo Federal, em conjunto à movimentos sociais, universidades e educadores, para reunir as referências fundamentais para a Política Nacional da Educação Popular. Este documento se dirige aos gestores públicos que, no âmbito de suas competências e atribuições, têm o papel de elaborar e implementar as políticas públicas educacionais. Fonte: (Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG, 2014. p. 07).

A minha intenção para a primeira entrevista era, como já foi mencionado anteriormente, a de abordar um pouco da história da EJA gaúcha, mais especificamente o contexto que possibilitou o surgimento dos NEEJAs. Porém, o que foi compartilhado por Liana Borges superou em muito as minhas expectativas. Já era esperado que bastante informação surgisse a partir da entrevista, uma vez que a indicação do professor Sílvio Alexandre deixou claro que a docente teria grande interesse em contribuir com esta investigação, e que de certo se mostraria disposta a compartilhar comigo suas impressões e histórias de sua carreira docente e militante.

Algo que posso não ter percebido à época, mas que agora não posso deixar de refletir sobre, é o processo de transmissão oral de saberes relacionados à docência, permeado por projetos políticos e conhecimento histórico, em que os rumos desta investigação acabaram por me inserir. Processo esse que já se encontrava em andamento no NEEJA Paulo Freire, com o professor Sílvio Alexandre, renovando-se a partir do contato com a entrevistada. Ambos me acolheram como colega de docência desde o início, dispondo-se a, além de relatar detalhadamente suas vivências e discorrer sobre o assunto solicitado, a me apresentar importantes fontes e referências para pesquisa. Tal processo, assim como a consciência sobre ele, é marcante para a formação de minha própria identidade docente, de modo que, no futuro, espero poder retribuir o gesto e passar adiante minhas próprias experiências.

Antes de convidar a docente a participar das entrevistas, entrei em contato via e-mail, ainda na fase de construção do projeto de pesquisa, para explicar o trabalho que pretendia realizar e questionar se havia alguma fonte ou informação que ela pudesse compartilhar comigo. Em resposta, Liana Borges prontamente se propôs a me atender e relatar o histórico dos Núcleos de EJA e sua concepção. Além do seu próprio, me informou também o número de contato do professor Sílvio Alexandre, afirmando se tratar de um professor militante que poderia me informar sobre os movimentos de resistência mais recentes. Informei-lhe que já o conhecia, e ele inclusive havia sido o supervisor de meu estágio docente junto ao NEEJA.

Então, com o projeto de minha pesquisa já estruturado, cumpri o combinado e tornei a contatá-la. Concordamos em realizar a entrevista virtualmente, por videochamada, devido à distância e a incompatibilidades de horário.⁴

⁴ Um obstáculo encontrado durante a realização da entrevista foi a sua gravação, devido à impossibilidade de gravar a reunião através do modo gratuito da plataforma escolhida, o Google Meet, que também impede que esta seja realizada com o auxílio de aplicativos terceiros. Por um feliz acaso, a entrevistada possuía o plano de assinatura da plataforma e gentilmente se dispôs a realizar e compartilhar comigo a gravação. Outro fator que se configurou como um obstáculo foi a inconsistência do sinal de internet, que por vezes provocou atrasos na imagem e falhas no áudio, forçando a realização de mais de uma pausa no relato da docente para que eu pudesse sanar tais problemas. Fora estes, não foram encontrados maiores problemas e foi possível obter integralmente o relato da convidada.

Para dar início a nossa conversa, pedi à convidada que falasse um pouco sobre sua história e sua trajetória como docente, e em resposta me contou ter atuado como docente por trinta e quatro anos, sendo que, por aproximadamente metade desse tempo, atuou concomitantemente junto à rede municipal de Porto Alegre e à rede estadual do Rio Grande do Sul. Disse que a maior parte de sua carreira se desenrolou na alfabetização de crianças e adolescentes para, então, seguir na alfabetização de adultos. Ela relata ter atuado por algum tempo como professora de História e Geografia no ensino noturno em uma escola municipal na vila Santa Rosa, localizada no bairro Rubem Berta, Porto Alegre. Em seguida, relembra a primeira eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre, na qual Olívio Dutra foi eleito prefeito: “[...] quatro anos depois, em 1989, então na primeira eleição do Partido dos Trabalhadores aqui em Porto Alegre, com Olívio Dutra prefeito da cidade, nosso sempre prefeito e nosso sempre governador, eu tive a oportunidade, a tarefa e o desafio de coordenar a Educação de Jovens e Adultos na cidade.” (Borges, 2023)

Comentando sobre o desafio de coordenar a EJA na cidade e participar ativamente na construção de sua política pública, Liana Borges conta sobre o impacto deixado pela Ditadura Militar na educação de adultos em Porto Alegre. Seu relato destaca a forte presença da concepção supletivista na oferta da modalidade durante esse período:

É interessante porque, em 1989, nós tínhamos saído da ditadura há 9 anos anteriores, 1980, e a experiência da ditadura militar aqui em Porto Alegre, no que se refere à educação de adultos... ela foi relativamente forte. Nós tivemos, em Porto Alegre, muitas turmas do MOBREAL e, no estado, muitas escolas ofertando o ensino supletivo. E era muito forte mesmo, os Centros de Ensino Supletivo (CES), os Núcleos de Orientação ao Ensino Supletivo no estado, e a prefeitura ofereceu o MOBREAL até o final da ditadura.

Em relação ao período entre a ditadura e a redemocratização, mais especificamente entre 1981 e 1989, conta que a oferta de educação de jovens e adultos na cidade entrou em um limbo. Na visão sobre o período ditatorial e o MOBREAL apresentada em seu relato, a docente afirma que esta deixara graves sequelas na cidade e, ao fim deste período, a oferta da modalidade era inexistente. Segundo o seu depoimento, quando a gestão petista assumiu a prefeitura, Porto Alegre se encontrava desprovida de qualquer trabalho de educação voltado para pessoas com mais de 15 anos de idade, cabendo a esta, então, o desafio de construir uma política pública de EJA.

Continuando a contar sobre a sua experiência durante o processo de construção dessa política pública, a docente relembra que, com Luiza Erundina à frente da prefeitura de São Paulo e Paulo Freire na Secretaria de Educação, os movimentos sociais paulistas organizaram uma demanda pela estruturação da EJA na cidade:

[...] E a gente sabe que a educação de adultos, a alfabetização de adultos para Paulo Freire, a partir de toda a sua história, era algo muito especial. Era algo muito importante. Tanto que Paulo Freire foi reconhecido pelos movimentos sociais e populares da cidade de São Paulo. Foi procurado pelos movimentos sociais e populares, e esses movimentos cobraram do Paulo Freire: “Tá, e agora o que tu vais fazer, a partir de toda a tua experiência, para superar o analfabetismo da cidade e para dar conta da política de Educação de Jovens e Adultos?”

Essa demanda despontou na organização de uma equipe, cujo objetivo era o de estruturar a política pública da EJA. Tal equipe foi encabeçada por Paulo Freire em pessoa, sendo composta por representantes de doze prefeituras, que eram geridas, na época, pelas “administrações populares”, incluindo a de Porto Alegre. Sobre essa nomenclatura, Liana Borges comenta se tratarem de prefeituras administradas por gestões petistas, e que ficaram conhecidas assim entre os seus. A docente conta que, a cada quarenta dias, aproximadamente, se reunia com essa equipe em São Paulo. De tais reuniões, então, foram concebidas as primeiras ideias para uma política pública de EJA, a partir da experiência de Freire. Sobre essa experiência, comenta que foi “um desafio muito grande, de pensar a Educação de Jovens e Adultos, e ao mesmo tempo, uma alegria imensa de fazer parte desse grupo, com Paulo Freire às vezes junto. Imagina, que honra, né? Que honra! E ao mesmo tempo, que super compromisso.”

Explicando sobre a sua aproximação da Educação Popular e da militância, a docente conta que, quando fez o magistério, na década de 1970, atuou como alfabetizadora em uma comunidade de mulheres em Porto Alegre, e foi esta experiência que lhe proporcionou o primeiro contato com a perspectiva da pedagogia do oprimido, importante componente do pensamento freireano. Passados doze anos, ela se vê trabalhando frente a frente com aquele que fora sua referência desde o início da carreira. Em suma, diz que a sua vivência como docente, desde as primeiras experiências com a alfabetização, em sua adolescência, até o momento em que passa a coordenar a educação de adultos na cidade, foram lhe aproximando da Educação Popular, assim como o contato com docentes, estudantes e movimentos sociais que seguem o pensamento de Paulo Freire e se engajam na luta em sua defesa.

Retomando seu relato sobre a experiência de construir uma política pública de EJA em Porto Alegre, junto a Paulo Freire e à equipe montada através da articulação entre as administrações populares, Liana Borges faz questão de destacar: “Via de regra, a educação de adultos sempre é uma política pública que é desmanchada pelos governos que entram, e aqui em Porto Alegre a gente consegue resistir.”. Ela comenta que, entre as capitais do Brasil, incluindo o Distrito Federal, esta é a política pública de EJA mais longeva, perdurando desde 1989 até o momento presente. Como o cerne de tal resistência, que prevalece apesar das

mudanças no governo, aponta a apropriação desta política pública por parte da cidade, e também dos docentes, protagonistas de seu processo de criação.

Direcionando seu relato para 1999, quando Olívio Dutra foi eleito governador do Rio Grande do Sul, ela conta que ficou responsável por coordenar a EJA no estado. Para superar o modelo de ensino supletivo que, conforme relata, havia se consolidado no estado, aponta ter sido necessário realizar uma reconstrução da ideia de educação de adultos como um direito, ou seja, da “[...] ideia de que currículo pra EJA não é um currículo de uma criança adequado à idade adulta, mas que é preciso outra proposta político-pedagógica que dialogue com as necessidades, com as experiências, e com os interesses dos jovens, dos adultos, e dos idosos.” Dessa forma, é possível perceber que a educação de adultos no Rio Grande do Sul passa a se aproximar da Educação Popular. Além de trazer a experiência obtida durante o tempo na prefeitura de Porto Alegre, Liana Borges conta ter participado ativamente dos Fóruns Estadual e Municipal de EJA, assim como dos encontros nacionais da modalidade. Relata também que, durante o governo Olívio Dutra, teve a oportunidade de participar da Comissão Nacional de EJA. Sobre esta, explica se tratar de “[...] uma instância no Ministério da Educação que escutava a sociedade civil organizada, e a sociedade civil organizada trazia sugestões, acompanhava, fiscaliza, propunha, construía junto com os governos Lula e Dilma”. No entanto, a Comissão foi enfraquecida durante o governo Temer, e então desmanchada logo no primeiro mês do governo Bolsonaro. Sobre esse processo de desmonte das instituições responsáveis pela EJA, a docente comenta: “E hoje, o Ministério da Educação, agora na terceira gestão do Lula precisa, digamos assim, recompor esses últimos quarenta anos de luta, por que não restou absolutamente nada em nível federal, e quando não resta em nível federal, os estados, via de regra, se retraem, e os municípios também lavam as mãos e a Educação de Jovens e Adultos, hoje, tem um recuo histórico como nunca teve, desde o golpe de 1964.” E complementa apontando que, no momento, há um trágico quadro de redução da oferta da EJA, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, além da volta do crescimento nos indicadores de analfabetismo no Brasil, até então em queda.

Então, sobre a sua trajetória como docente e militante, Liana Borges finaliza contando um pouco sobre o Café com Paulo Freire e como deu continuidade à militância mesmo após a sua aposentadoria como docente em 2013:

Então a minha trajetória é por aí, pela Educação Popular, na perspectiva freireana, e na Educação de Jovens e Adultos. E depois que eu me aposentei, então, como sou um pouco inquieta na militância, junto com outras companheiras, a gente construiu uma rede, que hoje é uma rede internacional, e chama Café com Paulo

Freire. E a gente tem o Café com Paulo Freire em onze estados do Brasil e no Distrito Federal, em alguns países da Europa, e no restante da América Latina, e o Café com Paulo Freire tem como objetivo reler, re-estudar e reescrever o pensamento de Paulo Freire a partir do contexto presente. Então a minha tarefa hoje, ela é de militante. Eu sou uma militante vinte e quatro... sempre fui, mas eu trabalhava como uma profissional, como uma professora, como uma educadora, e hoje eu sou só uma militante da Educação Popular e vou, até ficar bem velhinha, defendendo o legado de Paulo Freire.

Nesse momento, dando prosseguimento à entrevista, pedi que falasse sobre os Núcleos de EJA e o contexto de sua criação. Em resposta, a docente retomou o início do mandato de Olívio Dutra como governador do Rio Grande do Sul. Explicando o cenário da oferta de educação de adultos no estado naquele momento, afirma que esta se dava, primeiramente, nas escolas estaduais, conhecidas então como supletivos. Além dessa oferta, existiam também instituições chamadas de Núcleos de Orientação ao Supletivo (NOES), onde os estudantes recebiam as apostilas preparatórias para fazer o exame supletivo, realizado pelo estado. A respeito dos NOES, a docente afirma que não se tratavam de escolas propriamente ditas, e sim de um espaço de orientação, pois não eram oferecidas aulas e nem se contava com a frequência dos discentes à instituição. Já os Centros de Ensino Supletivo (CES), estes sim ofereciam aulas, com estrutura semelhante à presente nas escolas, mas, nas palavras de Liana Borges, com “[...] numa visão muito... muito marginal da educação de adultos, uma visão muito infantilizada da EJA... uma visão muito conteudista e muito de preparação para os exames supletivos.” Tal visão, ao que se pode perceber através do relato da docente, era o padrão estabelecido para o ensino supletivo.

Liana Borges conta que, a partir do processo da constituinte escolar, que provocou alterações na organização das escolas desde a educação infantil até a educação de adultos, foi possível organizar um coletivo de coordenação estadual, que seria encarregado da construção de uma proposta político pedagógica para a EJA, visando a superar essa visão supletivista da modalidade no estado:

Nós tínhamos, aqui na Secretaria de Educação, aqui em Porto Alegre, uma coordenação estadual, éramos eu e mais três ou quatro pessoas, depois esse grupo foi crescendo, e em cada uma das trinta coordenadorias tinha uma coordenação de coordenadoria, uma coordenação regional da EJA, que respondia, e que responde ainda, por um conjunto de municípios. E com esse coletivo... nós chegamos a ter um coletivo de coordenação estadual a regionais de cento e vinte pessoas... e nós reunimos, com muita sistematicidade, com muita frequência, pra muito estudo, nós reunimos com esse grupo muitas vezes ao mês, e ao longo do ano, e ao longo dos anos, e a gente foi construindo uma proposta político-pedagógica pra EJA.

Participando deste grupo e trazendo assessorias nacionais e internacionais, tanto no campo na Educação Popular quanto de outras áreas de conhecimento, a docente relata ter se realizado uma reestruturação da oferta da EJA nas escolas, assim como dos NOES e CES,

que deram lugar aos NEEJAs. Sobre a reorganização destas instituições, ela explica ter sido montado um grupo de trabalho, com o objetivo de construir coletivamente a sua proposta político-pedagógica. Como resultado, em suas próprias palavras:

[...] aqueles NOES e aqueles CES, se construíram pedagogicamente e politicamente em NEEJAs, e além disso nós criamos outros NEEJAs no estado. Quando o Olívio terminou a gestão, nós tínhamos no Rio Grande do Sul quarenta e quatro NEEJAs [...]⁵

Falando sobre a construção política e pedagógica dos Núcleos, a docente conta também que estes foram pensados, desde o começo, a partir da relação entre a educação e a cultura, de forma a serem um espaço de escolarização, mas também de produção e fomento à cultura. Segundo relata, a proposta político-pedagógica dos NEEJAs se fundamenta em um tripé conceitual, composto pela educação, a cultura, e o trabalho:

[...] a gente trouxe o conceito de cultura para dentro do conceito de educação, por que a Educação Popular em Paulo Freire, ela passa pelo conceito de cultura, aquilo que a educação ajuda a transformar na sociedade. [...] Também tinha a dimensão do trabalho... educação, cultura e trabalho, e o núcleo também contribuía com a profissionalização.

A regionalidade aparece também como um fator de importância para o ensino nos NEEJAs, levando em consideração as expressões culturais presentes onde são instalados e buscando organizar a orientação para o trabalho de acordo com as necessidades regionais. Além disso, Liana Borges conta que os NEEJAs foram pensados para contemplar discentes em três tempos de vida, que explica serem compostos por:

[...] aquele estudante que tem tempo pra ficar no núcleo, e estudar no núcleo, e frequentar as aulas, como um estudante “normal”, e aí então ele frequentava, ele fazia a sua matrícula, ele ia às aulas cotidianamente, diariamente; aqueles estudantes que tinham algum tempo pra ficar no núcleo, que não iam todos os dias, mas que em algum tempo eles tinham disponibilidade, mas que também se matricularam, e também frequentavam de acordo com o seu tempo; e aqueles estudantes que não tinham tempo pra ficar no núcleo e que precisavam então, estudar na sua casa, no seu trabalho, enfim.

Destacando que, apesar dos diferentes tempos que os alunos dispunham para permanecer nos Núcleos, estes exerciam o seu papel como um espaço de encontro, um local a ser apropriado pela comunidade, e que “aqueles estudantes que não tinham nenhum tempo acabavam achando um tempo pra ficar no núcleo, tal era a relação de confiança, de vínculo pedagógico, de vínculo político desses núcleos nas suas comunidades e com os seus estudantes.”

⁵De acordo com os registros no Censo Escolar realizado em 2021, dos 497 municípios gaúchos, apenas 18 contam com a oferta dessa modalidade. Em 2019, a rede gaúcha contava com 29 NEEJAs. Em 2021, esse número caiu para 23. (Fonte: DIEESE)

Ainda em relação à constituição dos NEEJAs, a docente aponta uma importante distinção: nem os NOES e nem os CES realizavam a certificação dos alunos, sendo necessário realizar o exame supletivo para isso. O direito de certificar os estudantes nos Núcleos partiu da luta e da insistência por parte dos docentes que construíram a sua proposta político-pedagógica, conforme relata:

fomos pro Conselho Estadual de Educação, quebramos o pau muitas vezes no Conselho, mas o Conselho acabou concedendo pros Núcleos o direito de certificar os estudantes. Então os estudantes não precisavam mais fazer o exame supletivo. Eles frequentavam o núcleo e ali eles eram avaliados, e ali eles eram certificados.

Encaminhando seu relato para o fim do governo de Olívio Dutra, Liana Borges explica que os NEEJAs, por serem instituições voltadas à comunidade e que serviam como espaços de cultura popular, incomodavam os governos conservadores e de direita que o sucederam. Segundo ela, “[...] os movimentos que os governos que sucederam o Olívio sempre fizeram foi de desmanchar e desmontar os núcleos de EJA.” Apontando, em seguida, que talvez não haja mais nenhum Núcleo dentro da concepção que ela explica, mas também que “existe uma resistência, aqui em Porto Alegre, de dois núcleos. Um núcleo do Menino Deus, que estava fechando, e o núcleo da Carlos Gomes, que também estava fechando, mas os professores e professoras continuam lutando pela continuidade dessa experiência.”

Liana Borges ainda aborda, mesmo que brevemente, a história gaúcha dos MOVAs, presentes tanto no âmbito estadual quanto municipal, com o MOVA-RS e o MOVA-Porto Alegre. Como conta, tais movimentos tomaram por inspiração o MOVA-SP, movimento paulista organizado por Paulo Freire em 1989, e foram criados ainda durante o governo de Olívio Dutra:

E, além disso, além dos NEEJAs, além das escolas, da EJA nas escolas estaduais e dos exames supletivos, no governo do Olívio a gente criou o MOVA-RS, Movimento de Alfabetização de Adultos do Rio Grande do Sul, inspirando no MOVA-SP, que o Paulo Freire fez em 1989, e que a gente também fez aqui em Porto Alegre, o MOVA-Porto Alegre. E no MOVA-RS, nós alfabetizamos aqui no Rio Grande do Sul, num período de quatro anos, 200 mil pessoas. Chegamos a ter 8,6 mil turmas de alfabetização em todo o estado.

Falando sobre o financiamento da política de EJA durante o período em questão, a docente destaca que toda a verba usada para a construção desta política foi proveniente dos recursos estaduais da educação. Segundo ela, “[...] Nós não recebemos um centavo do governo Fernando Henrique Cardoso. Não recebemos uma verba federal. Toda ela foi com salário, educação e com recurso do estado. Porque o governo agora entendia a importância... entendia a EJA, não como gasto mas como investimento.”

Em seguida, Liana Borges complementa seu comentário anterior em relação à situação da educação de adultos no Brasil e fala um pouco sobre a conjuntura atual da EJA como política pública:

Eu acho que o importante é... Assim, a gente tá na estaca... não é nem na estaca zero. A gente tá no “menos um”. A gente precisa voltar a lutar, primeiro, pela EJA como um direito. Nós vamos ter que voltar aos anos 80, lutar pela Educação de Jovens e Adultos como um direito público, e portanto dever do estado brasileiro. A gente vai ter que voltar a lutar por um projeto político-pedagógico que tenha a cara das necessidades, das utopias e dos projetos de vida... das pessoas que participam da EJA. A gente vai ter que lutar por uma concepção de EJA que tenha a ver com a formação pra cidadania, com a formação para o mundo do trabalho... é um processo de retomada, de refundação da Educação Popular, na educação brasileira como um todo, e em particular na Educação de Jovens e Adultos.

Nos encaminhamos então para o encerramento da entrevista, Liana Borges faz uma sutil sugestão para que se entreviste um personagem desta história cujo nome já é conhecido aqui: o professor Sílvio Alexandre.

Por fim, contrapondo o relato de Liana Borges e a bibliografia elencada, é possível estabelecer um paralelo interessante entre as mobilizações docentes ocorridas durante o governo Olívio Dutra, a exemplo da participação da docente como representante gaúcha no grupo organizado por Paulo Freire para discutir a estruturação da política pública da EJA no Brasil, assim como a formação de um coletivo de coordenação estadual, encarregado da construção de um projeto político-pedagógico para a EJA gaúcha, e a rearticulação dos movimentos pela Educação citada por Costa e Zalla. Em adição a esses exemplos, destaca-se uma peça-chave para elucidar a questão que norteou a entrevista de Liana Borges – como se originaram os NEEJAs? – a organização do grupo de trabalho responsável por construir coletivamente a proposta para a reconfiguração dos antigos CES e NOES dentro da perspectiva freireana da educação popular, que resultou, portanto, na criação dos Núcleos.

4. Sobre as administrações populares e os governos impopulares: a trajetória e a militância de Sílvio Alexandre na EJA

Para dar prosseguimento às entrevistas, aproveitando a indicação da convidada anterior, novamente entrei em contato com o professor Sílvio Alexandre. Este se prontificou a conversar comigo, me convidando a conduzir a entrevista lá mesmo, no NEEJA Paulo Freire. A seguinte entrevista foi realizada, então, no dia 08 de março de 2023. Para iniciar a nossa conversa, pedi ao convidado que falasse um pouco sobre si e sobre a sua carreira docente. Em resposta, ele passou a me contar sobre como surgiu seu interesse pela História, destacando ter sido aluno de Maria Aparecida Bergamaschi, hoje professora da Faculdade de Educação da UFRGS, enquanto esta se encontrava no início de sua carreira docente:

Eu tive uma professora, no antigo primeiro grau, hoje o Ensino Fundamental, né? Na minha época era da primeira à oitava série. Eu estudei no colégio Doutor Gustavo Armbrust (E.E.E.F. Dr. Gustavo Armbrust), ali no Jardim Sabará. Fiz todo o primeiro grau ali. E da quinta série até a sétima, eu tive uma professora de História cujo nome era Maria Aparecida Bergamaschi, a Cida. Naquela época, era uma jovem estudante universitária na FAPA, e me dava aula de História. E ela falava de imperialismo. Bah, aí foi que, sabe quando dá aquele estalo, né? Então, eu gostei, né? Me apaixonei por História. Sempre tive facilidade e afinidade, em História e Geografia, em Linguagens também, né? E muita dificuldade em cálculos... Matemática... Depois, no Ensino Médio, a Física e a Química eram muito difíceis pra mim. Mas essa área, das Humanas, foi sensacional.

A influência que os seus professores exerceram em sua escolha pela área fica explicitada em sua fala, especialmente quando aborda uma história referente à época do seu Ensino Médio. Nesta, ele relata ter tido “[...] Uma professora que um dia foi dar aula pra nós com o braço todo engessado, porque tinha apanhado dos brigadianos na Praça da Matriz.” O que, dado o tom de seu relato, sinaliza um possível despertar inicial para a existência das lutas políticas por reivindicação de direitos travadas pelos docentes, sendo a docente de História sua centelha.

Continuando sua história, o professor relembra sobre os obstáculos que enfrentou antes de dar início à sua formação docente, como decisão por seguir ou não a carreira apesar da falta de apoio da família, e também menciona alguns nomes que contribuíram para tal formação, como o professor Fernando Seffner, atualmente também docente da Faculdade de Educação da UFRGS. Em seguida, conta sobre um importante reencontro:

E, fiz quatro anos da minha faculdade, então à noite, na FAPA, né? Numa dessas noites, na FAPA, período eleitoral... eu entro na... a gente vem do trabalho e entra no portão da FAPA, e quem é que eu encontro militando, panfletando para o seu candidato lá? Professora Cida. Aí eu me reencontrei com ela ali, depois convidei ela pra minha formatura. E a professora Joana do Dom João Becker também.

Em relação ao preparo para atuar em sala de aula, recebido no curso de licenciatura em História, afirma ter sido “um pouquinho traumático”, e o classifica como insuficiente.

[...] Acho que os cursos de licenciatura melhoraram bastante, de 1995 pra cá. A didática, a prática de ensino, o tempo que o estudante da licenciatura fica nas escolas, em sala de aula. Por que no meu tempo ali, de faculdade, foi pouco tempo. Então me formei e fui aprender na marra. [...]

Essa insuficiência, tanto da formação docente quanto da infraestrutura escolar, se evidencia também quando o convidado fala sobre sua experiência de estágio remunerado na rede estadual gaúcha:

[...] E em 1997, no terceiro ano de faculdade, eu peguei um contrato de estágio remunerado no estado do Rio Grande do Sul, governo Antônio Britto. Cujo salário era um horror, horror. Assim, era pago por hora/aula. Era pior do que o salário dos professores, que estavam fazendo greve. E eu participei de greve como estagiário remunerado, 1997, uma greve grande contra o Britto. Tinha os contratados, que recebiam um salário ruim, e esse estágio remunerado era o pior dos piores. E tu tinha que dar aula. Eu assumi turmas de uma escola no Sarandi, a escola Cristóvão Colombo, turmas da quinta série até o terceiro ano do Ensino Médio. Falta de professores, cheguei no meio do ano e não tinha professor. A diretora, descabelada, sem professor, sem RH. Me deu os livros e os diários de classe e ‘Oh. Vai, vai. Te vira.’ e aí foi aquilo.

Ao que complementa, se referindo à infraestrutura escolar e o currículo da formação docente, com: “Muito ruim, essa situação assim. Não é adequado isso, né? E, na verdade, desde lá a situação da escola pública não melhorou, né? As faculdades melhoraram seus currículos, mas a questão dos professores e funcionários de escola, questão salarial terrível, e o sucateamento da rede, falta de RH, sucateamento da estrutura dos prédios das escolas, falta de bibliotecas, de ginásios esportivos...[...]”

Fala também sobre o resultado da greve realizada durante o governo Antônio Britto (1995-1999), citada anteriormente: “Em 1997 nós fizemos uma greve muito forte contra o governo Antônio Britto. Aquela greve que teve as passeatas luminosas, com velas e tal. E desgastamos. O governo foi desgastado. O Antônio Britto foi desgastado. Foi mostrada a face cruel dele para a sociedade. [...]”

O convidado direciona então o seu relato para o ano de 1999, o primeiro ano do governo Olívio Dutra. Sobre tal época, conta que passou a trabalhar na Secretaria de Educação, na central de vagas, e que a falta de vagas para o segundo grau, atual Ensino Médio, foi um dos problemas encontrados pelo novo governo. Sobre a relação estabelecida entre o governo petista e a categoria, aponta que:

Formação... ali naquele governo Olívio tiveram algumas formações, algumas tentativas de formações, a Constituinte Escolar... alguns processos interessantes.

Mas, mesmo o próprio governo Olívio, não conseguiu resolver a questão salarial. Não conseguiu... houve um desencanto muito forte da categoria. Porque é uma categoria que amarga perdas históricas. Então, qualquer governo que chegar amanhã e dizer assim ó: ‘vamos amanhã dar um aumento de 100% no salário dos professores’, ainda não terá feito tudo que deveria ter feito pela educação. As perdas são históricas.

Além disso, destaca ter prestado concurso público para o magistério naquele mesmo ano, assumindo no ano seguinte como docente de História, em regime de 20 horas semanais na rede estadual, em uma escola localizada no Belém Novo, bairro da zona sul de Porto Alegre. Sobre essa experiência, diz ter sido desafiadora, pois se tratava de uma escola que atendia uma população vulnerável. Reforça também a ausência de apoio, tanto da formação recebida quanto da Secretaria de Educação.

Se aprofundando na questão salarial da categoria no Rio Grande do Sul, o docente versa sobre as táticas empregadas pela atual gestão de Eduardo Leite:

Agora o Eduardo Leite fala aí que teria que dar 14.95[%], pela lei do piso, não é nenhum favor. E tá fazendo artimanhas pra conceder apenas 9.45[%], e fazendo coisas terríveis. Incluindo aposentados, excluindo os funcionários, usando artimanhas da alteração do plano de carreira que ele fez pra dar um percentual menor pra uma parcela da categoria. Uma situação terrível, que ele criou no primeiro mandato dele, no nosso plano de carreira. E a gente exige que os 14.95[%] seja para todos: da ativa, aposentados e funcionários. E mesmo assim, esses 14.95[%] estão muito longe de recuperar as perdas históricas da categoria.

Retomando a cronologia de sua carreira docente, o entrevistado relata que passou a atuar na Educação de Jovens e Adultos a partir de 2013. Sua estreia na EJA se deu em uma escola que, naquele mesmo ano, passou a ofertar a modalidade: a Escola Estadual de Ensino Fundamental Lídia Moschetti, localizada no Bairro Rubem Berta, zona norte da capital. Em 2015, ingressou no quadro docente do NEEJA Paulo Freire, trabalhando paralelamente, até 2021, “[...] no Ensino Fundamental, Ensino Médio técnico, pós-médio, técnico, e no NEEJA”. A partir de 2022, passa a atuar exclusivamente no Núcleo. Sobre a sua experiência como docente no NEEJA Paulo Freire, ressalta:

Outra experiência maravilhosa, sem nenhum apoio da mantenedora. Não há nada da Secretaria de Educação. Lá em 2013, 2014, timidamente alguma coisa. E depois de 2015, quando assume o governador Sartori, absolutamente nada para a EJA, e para os NEEJAs menos ainda.

Em seguida, abordando agora o período entre os governos Sartori e Eduardo Leite, o professor Sílvio Alexandre indica o ano de 2016 como um ponto de partida para uma ofensiva contra os NEEJAs. Destaca também que tais governos foram responsáveis pelo fechamento de escolas estaduais, turmas e escolas da EJA, além de municipalizar escolas de ensino fundamental. Sobre o fechamento de tais instituições, opina: “escolas não devem ser fechadas, escolas devem ser mantidas abertas. Mesmo que tenha cinquenta, sessenta alunos.

O que o gestor deve fazer? Adequar a estrutura de RH para atender aquelas cinquenta, sessenta crianças daquela comunidade. Fechar em último, extremo caso.”

O convidado comenta, agora com ênfase nos governos federais pós-2016: “Bom, e depois aí quando vem os governos Temer e Bolsonaro, pior ainda. A educação... enfim, os investimentos sociais como um todo, mas a educação foi uma área muito atingida por esses governos.” Para, em seguida, aprofundar sua percepção do modo como tais governos, tanto estaduais quanto federais, deveriam lidar com a questão da Educação de Jovens e Adultos, e o que foi feito de fato:

E a Educação de Jovens e Adultos... um horror. Porque... eu considero assim, esses governos tem uma dívida com essa população, com jovens e adultos que não conseguiram cumprir seus estudos lá na idade da adolescência, da infância e adolescência. E os governos, todos os governos, enfim, deveriam ter uma responsabilidade, uma preocupação em investir em garantir pra que jovens e adultos se formem, fora da idade adequada, mas que possam se formar com qualidade. E não é o que acontece, é um horror. Então... essa é uma luta que a gente tem feito aqui nos NEEJAs, né? Contra o governo Sartori, governo Eduardo Leite... na época do governo Bolsonaro, contra o governo Bolsonaro, que são governos que foram inimigos da educação e da EJA. E sem nenhum apoio... retirada de verba, sucateamento, fechamento das estruturas...

Sobre as tentativas de fechamento do NEEJA Paulo Freire, sob justificativa de uma suposta ausência de público, o depoente explica:

[...] O nosso NEEJA Paulo Freire, antes da pandemia, matriculava 2.400, 2.500 estudantes por ano. Durante a pandemia obviamente que isso se alterou, né? Os dois anos de pandemia. Mas agora, o ano passado, no ano de 2022, em que nós retomamos, no início com cuidados sanitários, e depois foi se resolvendo o problema da pandemia, nós matriculamos, em 2022, 2 mil estudantes.

E, como resposta para a alegação de uma suposta ausência de demanda para a EJA e os NEEJAs, afirma que:

[...] existe uma grande demanda, em Porto Alegre e região metropolitana, e Rio Grande do Sul, de jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram seus estudos. Dados do DIEESE, dados do IBGE, documentos produzidos pela assembleia legislativa. Em Porto Alegre, 650 mil jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram a educação. Os estudos básicos. Desses 650 mil, a maioria são mulheres. [...] Região metropolitana de Porto Alegre, 2 milhões e 900 mil jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram, uma boa parte, o Ensino Fundamental, e uma outra parte, faltando o Ensino Médio. O estado do Rio Grande do Sul todo, em torno de 4 milhões e meio de jovens e adultos. Esse dado que eu tô te dando, ele é de um documento produzido em uma assembleia em 2018. [...] Então... e existe essa demanda, e na verdade o estado deveria investir em ampliar as turmas de EJA, ampliar os NEEJAs.

Sobre a atual conjuntura da rede gaúcha de NEEJAs, bem como a sua estrutura, o convidado pontua: “Existe hoje no Rio Grande do sul, 24 NEEJAs, entre NEEJAs comunitários e NEEJAs prisionais, sediados em 19 cidades. Porto Alegre tem 5 NEEJAs

comunitários e 2 NEEJAs prisionais. Só aí já são 7. E o restante estão espalhados no interior. Mas a maioria deles, sem uma estrutura adequada para o processo de ensino e aprendizagem.”

Continuando o seu relato, o docente dá uma breve explicação sobre a importância social dos NEEJAs:

As próprias pessoas que trabalham na Secretaria de Educação, uma boa parcela delas, desconhece a dinâmica de funcionamento dos NEEJAs. Eu sempre digo assim ó, eu e vários colegas, né? A melhor relação custo-benefício é o NEEJA, para atender essa demanda de jovens e adultos. Obviamente que tu precisaria, a partir de uma proposta séria... da mantenedora... fazer um processo de discussão com vistas a qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Pra ofertar um processo melhor pros jovens e adultos. Pra que eles, em um tempo razoável, se formem, aqui, no Ensino Fundamental, no Médio... na alfabetização, que tem aqui também. Se formem com qualidade, afim de poder fazer um curso técnico, tecnólogo, faculdade... enfim, qualquer coisa que eles quiserem. Que é o que a grande maioria deles faz. Então, se tu oferecer uma boa qualidade aqui, ele vai ter um desempenho melhor lá, no curso técnico, lá na faculdade, e vai ser um profissional melhor. Vai ser um cidadão melhor. Enfim, assim que se deve construir um país, né? Mas não é a realidade.

E, em seguida, elucida as expectativas da categoria para o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT):

Então assim, uma coisa importante de dizer também: tem uma expectativa que agora, nesse ano de 2023, com o novo governo federal, com governo Lula, com novo ministro da educação, se mude essa situação. Se melhore essa situação. Se mude esse clima que nós vivemos, de negacionismo, de perseguição aos grandes pensadores brasileiros, de perseguição à ciência. E se mude isso, se melhore essa situação. Mas assim, é... vai ser difícil recuperar essa situação toda. Claro, eles têm a tarefa. Eles têm a responsabilidade de fazer essa mudança. São qualificados... precisa é ter vontade política de fazer, né? Porque a gente precisa... é uma coisa assim, a gente precisa... salário melhor, essa questão salarial precisa ser resolvida no Brasil. Não pode... professores, pessoas com curso superior da área da educação ganharem menos do que outras pessoas com curso superior de outras áreas. Engenheiros, médicos, advogados... a média salarial dessas pessoas é melhor, é superior à dos que trabalham na educação. [...]

Comentando sobre a relação estabelecida entre o governo de Eduardo Leite e os trabalhadores da educação gaúcha, o entrevistado diz:

Agora nós estamos vivendo uma situação surreal. Eduardo Leite, durante a campanha, e depois de eleito, prioridade zero dele? educação. Segunda prioridade? educação. Terceira? educação. Mas na prática, o que que ele tá fazendo? Hoje, dia internacional da mulher, ele deu uma entrevista... saiu um notícia dele, que ele mandou cortar o ponto daqueles que participarem das paralisações, por que a gente tava numa negociação de ponto salarial, ele mandou cortar o ponto. Sendo que na nossa categoria, a maioria dos que trabalham são mulheres professoras, e mulheres funcionárias de escola. [...]

Continuando a entrevista, pedi ao professor para que falasse sobre a sua militância, e como ela se relaciona com a docência em sua vida. Em resposta, ele fala um pouco mais sobre a sua participação na greve dos professores durante o governo Antônio Britto:

Tá, deixa eu te falar assim, então ó. Como eu disse antes, em 1997, quando eu entrei com aquele contrato de estágio remunerado, eu entrei na escola Cristóvão Colombo, lá no Sarandi. E tinha um grupo muito mobilizado lá. Bah, um grupo de professoras e professores, funcionárias de escola, mobilizados. Todo mundo indignado com o governo Antônio Britto, que tinha assumido em 1995, com o slogan ‘paz na educação’, era o slogan dele por que ele que sucedeu o governador Alceu Collares e a secretária Neuza Canabarro, que tinha brigado muito. E ele vem com aquela... pura balela, né? “Paz na educação”. Mas mostrou qual era a intenção dele, né. Então, em 1997 era o terceiro ano do governo dele, o pessoal já tava por aqui com ele, e fazendo greves... enfim, lutando para defender as questões salariais e a escola pública. E nesse negócio, eu comecei a participar. Sempre gostei muito de acompanhar a política, enfim. Tudo a ver, né? E participei daquela greve, como estagiário remunerado, olha só. Mas não quis nem saber... nem tomei conhecimento se podia ou não podia participar e fui participar das atividades da greve, das caminhadas. [...]

Mais adiante, disserta sobre a sua aproximação do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS):

Então, pra mim, foi meio que natural essa coisa assim... de cursar História. Não tão natural dar aula, né? Não é aquela coisa... que eu não gostasse. Não, eu gostava. Me ressentia de não ter tido um apoio melhor. Da formação universitária, e depois da mantenedora. [...] E participar dessas questões de reivindicação de questão salarial. Porque o salário é horrível. O salário é baixo. O salário de professor e de funcionário de escola é baixo. E, essa coisa do sindicato. Fui começando a ver o sindicato... a conhecer o CPERS, que é um sindicato histórico, um dos maiores do Brasil, um dos maiores da América Latina. Um sindicato... como eu disse, a categoria é 85% mulheres, né? Mulheres que fizeram greves durante a ditadura militar, aquela história toda... o sindicato tem uma sede no centro de Porto Alegre... um prédio, uma sede... teve recurso dos associados pra construir... enfim, uma instituição forte no Rio Grande do Sul. Hoje tá com alguns problemas sérios, mas foi muito forte. Histórica. Arrancou conquistas dos governos, desde a época da ditadura militar. Então, em seguida ali... quando eu fui nomeado, em 2000, eu participei... eu me filiei ao sindicato, só que eu tava numa escola lá em Belém Novo, e era o núcleo 39 do sindicato.

Falando sobre a sua participação nas atividades do sindicato, expõe também a sua percepção da relação estabelecida entre o governo Olívio Dutra (1999-2003) e os professores:

[...] Durante o governo Olívio teve uma greve muito forte. Histórica. Porque, qual era o sentimento da categoria? Que, governo Olívio, e Lucia Camini (como) secretária da Educação, nós íamos conquistar os 190%, ou alguma coisa próxima. Mas, na verdade, o que o governo propôs foi algo muito inferior a isso. E aí, isso gerou uma situação difícil. E se fez greve. Mas a relação com o governo foi uma relação de respeito, verdade seja dita. Mas, enfim, terminou o governo Olívio e a categoria terminou, uma parte pelo menos, ressentida... Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores, fiz campanha pro Partido dos Trabalhadores... Mas a questão do Magistério não foi resolvida.

O convidado explica também sobre a organização do CPERS e a sua participação na direção de um de seus núcleos, expondo sua opinião a respeito das estratégias adotadas pela direção central do sindicato:

E fiquei no núcleo ali, né? Depois, me transferi pra escola da Zona Norte e fui pro núcleo 38, onde estou até hoje. Que é o núcleo que reúne as cento e vinte escolas da Zona Norte de Porto Alegre. O CPERS se organiza no estado por núcleos. São quarenta de dois núcleos pra abranger todo o estado. Então tem a direção central e os núcleos. E eu faço parte então, desde 2005, do núcleo 38. De 2016 a 2020, 2021, eu fiz parte da direção do núcleo 38... foi uma experiência também, uma situação bem... saí na metade da pandemia, daí teve eleição... agora tem uma nova gestão, no núcleo 38. Mas, na direção central continua o mesmo grupo político, que está há dez anos, e que na minha opinião, e de várias pessoas, erra nas estratégias, né? Pra arrancar, pra lutar, pra defender a categoria. Perdeu coisas... por que, assim... governo Sartori e governo Eduardo Leite são governos duros. Mas, até antes do governo Sartori, o sindicato enfrentou governos duros, com dureza. E essa direção, na minha opinião, e de outros, errou nas suas estratégias, errou nos seus métodos, e, em dez anos, não conquistou absolutamente nada. Mas isso faz parte da vida sindical, né? Continuo. Sou sócio. Participo.

Abordando os problemas sociais enfrentados pelo sindicato em Porto Alegre, o convidado fala da luta pela passagem escolar:

Aqui em Porto Alegre nós estamos com um problema, que é a questão da... entre os vários problemas, a passagem escolar para professores, que o (Nelson) Marchezan e o Sebastião Melo estão atacando esse direito, retirando. E os funcionários de escola, que nem tem esse direito, é uma luta antiga nossa, pra que os funcionários pudessem ter a passagem escolar. E os próprios estudantes, secundaristas, universitários, também sofreram os ataques do Marchezan e do Melo na questão da passagem escolar... criando mecanismos pra reduzir, pra dificultar o acesso a essa questão, que é importante.

Em seguida, pontua sua resposta com: “Então, pra mim, a militância é isso. É defender as questões salariais, previdenciárias, saúde... nosso IPÊ Saúde, o IPÊ Previdência, salário, formação permanente, que deve ter e que não tem... e que piorou muito nos governos Sartori, Eduardo Leite pra cá.” E esquadrinha sua avaliação do impacto do governo Eduardo Leite para a educação gaúcha:

No governo Eduardo Leite vem essa coisa dos institutos privados, essas ONGs, sem tradição na área da educação... Então, o Eduardo Leite não fez nenhuma parceria com as universidades públicas, com os Institutos Federais, que são qualificados pra trabalhar formação, optou por fazer parceria com fundação Lemann, essa que tem aí o escândalo das Americanas, Itaú... essas “pilantrópicas” aí... E a outra questão é defender a escola pública. Gratuita. De qualidade. As nossas escolas públicas deveriam ter a mesma estrutura predial, tecnológica e de RH da melhor escola particular de Porto Alegre, por que a verba pra isso tem. São os impostos. Especialmente, os impostos que os trabalhadores pagam. Por que, no Brasil, proporcionalmente, quem mais paga imposto é o trabalhador. Imposto na fonte e imposto sobre o consumo. Então, os governos têm dinheiro pra resolver a questão, só que não fazem. E, como eu disse, o Eduardo Leite fala em prioridade pra educação, início de ano como é que aconteceu? escolas sucateadas, falta de RH, fazendo artimanhas pra não pagar o reajuste salarial da lei do piso. E, o discurso de educação como prioridade não passa de um discurso. A prática é uma prática de constrangimento, de assédio, de perseguição, de falta de formação, de falta de

investimento... com vistas, inclusive, o grande desejo, o sonho de consumo desse campo político do Eduardo Leite, do Sartori... que estão juntos agora, PSDB, MDB, no governo do Estado, o sonho de consumo é privatizar a educação pública. Entregar parcelas... e aí, principalmente a Educação de Jovens e Adultos, entregar isso pra aquilo que a gente chama de ‘tubarões do ensino privado’, que são essas Lemann, Monteiro Lobato, instituto Ayrton Senna... essa pilantragem toda aí.

Então, nos encaminhando para o fim da entrevista, pedi ao professor Sílvio Alexandre para que expusesse um pouco mais de sua perspectiva no que concerne ao contraste existente entre as administrações consideradas “populares” e as “impopulares”:

Certo, deixa eu te dizer assim... eu sou professor da rede estadual. Fiz concurso, passei, mas nunca fui chamado pra rede municipal. Em Porto Alegre teve uma experiência importante da administração popular, por dezesseis anos. Então, eles tinham um processo... eu nunca fui, mas a gente acompanhava de longe, tinha colegas, e tem colegas até hoje... e a gente acompanhou um processo rico de formação, de investimento e de valorização salarial, isso é verdade. Que, depois, com a saída da administração popular, a educação começa a ser atacada. A ponto de, hoje, ter contrato emergencial na rede municipal de Porto Alegre, que é uma forma precária de contratar, que não existia. E por que existe hoje? Pela irresponsabilidade dos governos que vieram depois... José Fogaça, Marchezan, Sebastião Melo... Então, na rede estadual, eu vivi ali dois governos, o governo Olívio Dutra e o governo Tarso Genro, onde houveram avanços importantes. Onde se respirava democracia. Nós pensávamos diferente em várias questões, concordávamos em outras, mas a gente conseguia discutir, debater, lutar, reivindicar, pressionar [...]

Em relação às reivindicações feitas pela categoria durante os governos Olívio Dutra e Tarso Genro, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores, conta:

[...] fizemos greve no governo Olívio, fizemos greves fortes no governo Tarso... No governo Tarso, nós tivemos 74% de aumento, ao longo dos quatro anos, mas eu, e uma parcela da categoria que participa do CPERS-Sindicato, a gente diz o seguinte: não foi o governo Tarso que nos deu os 74%, fomos nós que arrancamos com a nossa mobilização. Por que o sindicato deve ser independente dos governos. Nós arrancamos os 74%. Mas o que nós queríamos que o Tarso honrasse sua palavra e nos desse era a lei do piso. Teve toda uma polêmica com o Tarso, na questão da lei do piso salarial nacional. Então, essas administrações criaram expectativas e saíram desgastadas, tanto Olívio quanto Tarso. Essa é uma avaliação aqui que é minha, e da qual eu comungo com outros colegas da categoria, mas sim... comparando esses governos com os governos do PMDB, PSDB... Não há comparação. É infinitamente superior, a qualidade intelectual, a qualidade da proposta política de governo do Olívio e do Tarso... foram muito superiores aos demais governos... É que, enfim, nós não vivemos no paraíso. Não se conseguiu fazer tudo o que se queria, a coisa é muito dinâmica. A gente não tem ilusão de que vai resolver todos os problemas em quatro anos de uma gestão de um governo popular. A gente sabe disso. [...]

Para discorrer, em seguida, sobre as expectativas da categoria para o terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT) para a presidência da República, iniciado em 2023:

Mas que nem agora, vou te dar outro exemplo: no governo Lula, agora, o terceiro governo do Lula, uma coisa que tá nos inquietando, uma parcela grande da sociedade, da área da educação, principalmente. Das entidades do movimento educacional, uma coisa que tá inquietando é essa questão sobre o Novo Ensino Médio. Vários... trezentas entidades assinaram uma carta aberta, achando que o ministro Camilo Santana tá demorando demais pra mexer nessa questão do Novo

Ensino Médio. Não é do dia pra noite. Não se revoga assim, do dia 1º de janeiro pro dia 2. Mas a estratégia dele não tá muito adequada ao que nós esperávamos. Por que esse Novo Ensino Médio é um lixo de Michel Temer e de Bolsonaro. Não pode o governo Lula implementar... continuar a implementação de uma reforma feita por esses governos autoritários e negacionistas. Então, isso é terrível. Mas claro que, se comparar, que nem eu te disse antes e repito agora. Vai comparar o que o governo Lula vai fazer, ao que o governo Bolsonaro fez... será infinitamente superior. Só que a gente quer mais. A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. Então é isso, né? E o próprio Lula falou, em vários discursos dele, ele quer que o movimento popular se organize. Pressione. Então nós temos que pressionar. As nossas entidades têm que pressionar. Tem que ter mais força, mais pressão. Não é errado pressionar um governo popular, entendeu? Mas, obviamente que a gente tem que reconhecer as diferenças.

Por fim, solicitei ao convidado para que falasse um pouco mais sobre os ataques à educação pública, e o seu histórico, ao que o professor respondeu:

Então, na área da educação, como eu disse, existe um déficit histórico. Existe uma questão histórica, não superada, de pouco investimento na educação do Brasil. Do Brasil de quinhentos anos, não é de agora. Então a questão... a famosa, aquela luta que teve até o início dos anos 2000, dos 10% do PIB para a educação. Isso tinha uma justificativa, que era investir, e transformar uma escola pública no mesmo padrão que a melhor escola particular que existe no país. Então isso é histórico. No Rio Grande do Sul também. É uma luta histórica. O nosso sindicato do CPERS, com seus oitenta e poucos anos, trava uma luta em defesa da escola pública. Por que os políticos de plantão, especialmente os políticos ligados aos partidos de direita, atacaram muito a educação ao longo do tempo. E mais recentemente, de 2015 pra cá, há uma situação terrível no Rio Grande do Sul. Foram quatro anos de governo Sartori, do MDB, um partido que governou desde a década de 80 e se alternou no poder, e que sempre foram governos de desastre.

Opinando a respeito da atuação de tais governos no Rio Grande do Sul, aponta também os seus impactos para a valorização dos docentes no estado:

Pedro Simon, Antônio Britto, Germano Rigotto, depois Sartori. Agora tem o vice do Eduardo Leite, que é o Gabriel Souza. O Sartori foi terrível. Um governo que passou os quatro anos pagando salário atrasado. Uma coisa assim... terrível. Não tinha explicação. Incompetência, sabe? Incompetência. E, daí vem os quatro anos de Eduardo Leite. Terríveis. Os primeiro quatro anos... terrível, terrível, terrível. Depois colocou em dia o salário, mas destruiu o nosso plano de carreira. Nós ficamos oito anos sem aumento salarial, aí no final do último ano do governo Eduardo Leite, na boca da eleição, nós tivemos um aumento ali. Um reajuste, na verdade, de 6%. Mas com viés bem eleitoral mesmo. Ele tinha ido pro segundo turno com Onyx Lorenzoni, aquele candidato negacionista lá. E, foi bem eleitoral assim. E aí uma parcela da categoria votou nele, né? Por que, entre Onyx e ele, tiveram que escolher entre ruim e menos ruim, enfim... são situações que a gente enfrentou, né?

Retornando à questão dos investimentos para a educação, destaca o não cumprimento, pelos últimos governos do estado, do mínimo previsto na constituição gaúcha:

Mas assim, um sucateamento terrível. Esses governos Sartori e Eduardo Leite, se tu pegar os dados... até isso tu pode ver na assembléia legislativa, comissão de educação... com a deputada Sofia Cavedon... e no próprio DIEESE, e no CPERS também, eles não cumpriram o mínimo constitucional, que a constituição do Rio Grande do Sul determina que é 35% da receita para investimento na educação. [...]

Sobre o sucateamento da rede pública de educação no estado, e a ampliação na rede privada, o convidado discorre:

[...] Sucatearam... pra tu ter uma ideia, como eu disse, hoje nós temos 2.350 escolas públicas estaduais. Há vinte anos atrás, nós chegamos a ter 3.100 escolas. Aí eu vou te dizer o seguinte, mas a população decresceu no Rio Grande do Sul, de vinte anos pra cá? Não, ela aumentou. A população aumentou, e como é que o número de escolas diminuiu? A mesma situação, eu poderia te dizer o seguinte, é só tu fazer um levantamento em Porto Alegre. De vinte anos pra cá, fecharam uns dez hospitais, na área da saúde. [...] E inclusive, tem um dado, que tu consegue na assembléia lá, que é assim... ao mesmo tempo que vai fechando as escolas estaduais, vai aumentando o número de matrículas na rede privada. Por que? Porque a família, individualmente, uma família que tem um filho, dois filhos, ela quer o melhor pro seu filho. Então ela faz das tripas coração. A classe média, classe média-baixa, faz das tripas coração pra dar o melhor pro seu filho. Se ela puder fazer um esforço e economizar daqui, dali, pra manter o filho na escola privada, mesmo que seja uma pequena escola privada, eles vão manter. Porque a escola pública tá sucateada. Por uma série de faltas... insegurança, não tem segurança no entorno das escolas públicas, aí na privada tem vigilância privada... A família pensa nisso, então ela vai fazer um esforço pra botar o filho lá. Então a rede pública vai ficando sucateada, fechando, oferecendo poucas opções, e a rede privada vai se ampliando. Então, não tem nada a ver com decréscimo populacional, tem a ver com essas estratégias, que os governos usam. [...]

E indica a pressão de organizações privadas da educação como motivação para o interesse de tais governos na ampliação da rede privada, prática conhecida como “lobby”:
“[...] Mas isso não é de graça. Na verdade, esses governos têm compromisso com as grandes organizações privadas da educação, que fazem pressão, fazem lobby. Não interessa pra rede de jovens e adultos privada ter NEEJAs funcionando. Público e gratuito. De segunda a sexta. Manhã, tarde e noite. Imagina? Não interessa isso pra rede privada. Não interessa pra esses cursinhos privados. Então eles fazem lobby em cima do governo.”

Neste momento, finalizamos a nossa conversa com os devidos agradecimentos para, em seguida, encerrar a gravação.

5. Memória e identidades docentes na EJA do RS: uma análise comparada

Ao abordar a relação existente entre a memória e a identidade social na história oral, o sociólogo austríaco Michael Pollak aponta para a existência de “marcos” de memória – determinados pontos de relativa imutabilidade da memória, seja ela individual ou coletiva – que podem se fazer evidentes ao longo das entrevistas. O conceito proposto por Pollak, assim como a sua explicação dos elementos constitutivos da memória, são grandes instrumentos para a análise dos relatos colhidos neste trabalho. Afinal, quais são os marcos de memória apresentados pelos docentes?

Primeiramente, o relato da professora Liana Borges evidencia como marco de sua memória a eleição de Olívio Dutra (PT) para a prefeitura de Porto Alegre, a partir da qual a docente passa a coordenar a educação de adultos na cidade. Em sua narrativa, ela enfatiza o esvaziamento da modalidade como herança da experiência da ditadura na cidade, criando um contraste com o seu momento pós-eleição do candidato petista, visto então como um recomeço. Esse recomeço porto-alegrense ocorre em um momento próspero para as lideranças petistas. Liana Borges narra o esforço de Paulo Freire em organizar uma equipe para pensar a reconstrução da política pública de Educação de Jovens e Adultos, com base em sua própria experiência com a modalidade. Tal esforço culminou na cooperação entre as “administrações populares”, as doze prefeituras então administradas por governos petistas, para concretizar a tarefa encabeçada por Freire.

A figura de Paulo Freire, assim como o seu trabalho para organizar a reconstrução da EJA no Brasil, possuem certo caráter mítico na memória narrada pela docente. Como ela conta, esse é seu momento de encontro com aquele que foi sua inspiração desde o início de sua carreira. Seguindo a explicação dada por Pollak em relação aos elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva, sabe-se que tais marcos podem se configurar em acontecimentos, presenciados diretamente ou “por tabela”, em pessoas ou personagens, assim como em lugares. Dito isso, é pertinente elencar a figura do patrono da educação brasileira entre os marcos de memória presentes no relato de Liana Borges. Além de servir de inspiração em sua carreira docente, Paulo Freire também aparece na narrativa da docente como um catalisador da reconstrução da EJA brasileira.

É importante citar que a noção de mito que é empregada aqui é a mesma apresentada por Alessandro Portelli, ao dissertar sobre O massacre de Civitella Val di Chiana: “[...] um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual

(factual ou não), transformando o na formalização, simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.” (PORTELLI, 1998, p. 120-121). Portelli cita também a função clássica do mito, descrita por ele como a de reconciliação dos opostos. No caso do relato apresentado por Liana Borges, estes opostos se configuram como: o vazio que a ditadura militar deixou na EJA em Porto Alegre, assim como a visão supletivista da educação de adultos que havia se instaurado na época, *versus* o recomeço, representado, então, pela eleição de Olívio Dutra e esforço coletivo empreendido pelas “administrações populares” a partir da liderança de Paulo Freire.

A eleição de Olívio Dutra, desta vez para o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1999, configura outro marco na memória de Liana Borges. É nesse momento que se tem uma expansão do que foi empreendido na experiência petista em Porto Alegre e a docente passa a coordenar a EJA gaúcha. A partir desses marcos é possível notar que a memória de Liana Borges se encontra fortemente ligada ao Partido dos Trabalhadores e seu projeto coletivo, empregando aqui a concepção de projeto adotada pelo antropólogo Gilberto Velho a partir da obra de Alfred Schutz: “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (Velho, 1994, p. 40). Retomando a obra de Pollak, se pode alegar que a razão para isso se encontra na conexão entre a memória e o sentimento de identidade, ou seja “da imagem de si, para si e para os outros” (Pollak, 1998, p. 5). Assim como a militância em prol da Educação Popular, a atuação política junto ao seu partido é um elemento que constitui a sua identidade docente, influenciando a forma como se dá a reconstrução de sua trajetória ao longo da entrevista. Pode-se incluir aí também a sua devoção ao legado freireano, que culmina na criação da rede Café com Paulo Freire, co-fundada por Liana Borges e suas companheiras como forma de dar continuidade à sua militância e reflexão docente mesmo após a sua aposentadoria, fortalecendo o argumento pela sua classificação como um dos marcos de sua memória e parte integrante da autoimagem da docente.

Ainda em relação à narrativa produzida por Liana Borges, além de sua ligação com o projeto político do Partido dos Trabalhadores, é possível apontar uma certa tendência a seguir a bibliografia acadêmica referente à história da EJA. Suas memórias apresentam pontos de convergência com tal literatura, a exemplo da definição dada pela docente da situação da EJA em Porto Alegre no pós-ditadura: “[...] entre a ditadura e a redemocratização, entre 1981 até a chegada do Olívio, em 1989, Porto Alegre ficou num vácuo, ficou num limbo, ficou num vazio[...]”. Recuperando o que foi apresentado ainda no primeiro capítulo deste trabalho sobre o artigo de Costa e Zalla, encontramos uma possível pista para explicar os tais “anos perdidos” da EJA nesse período: “após o fim da Ditadura Militar em 1985, com a

redemocratização da política nacional e o encerramento do MOBRAL, a conjuntura da educação de adultos no Brasil não se modificou de imediato. As ações dos governos que sucederam diretamente os militares serviram, na verdade, para reforçar a histórica marginalização da modalidade[...]. Isso nos mostra que, diretamente após a redemocratização, não houve um impulso do governo federal para que se mudasse a realidade da educação de adultos deixada pelos militares. A mudança real veio a partir de algo que Costa e Zalla descrevem da seguinte maneira: “[...] o clima político da abertura democrática permitiu a rearticulação de movimentos pela Educação, em diálogo com intelectuais progressistas, educadores e pesquisadores das universidades.(Costa; Zalla, 2021, p. 302)” e “[...] o novo campo de pensadores da Educação assumiu a defesa da EJA como política de resgate histórico das parcelas marginalizadas ou excluídas da população (Costa; Zalla, 2021, p. 303).” Rearticulação essa que se encaixa com a descrição dada por Liana Borges acerca da organização do grupo de trabalho liderado por Paulo Freire para a construção de políticas públicas para a EJA.

Quanto aos marcos de memória presentes no depoimento do professor Sílvio Alexandre, pode-se dizer que o primeiro deles se condensa na figura das docentes que fizeram parte de sua educação básica, mais especificamente as professoras Maria Aparecida Bergamaschi, a Cida, e Joana – sobre quem o depoente conta uma história de resistência que o impactou: “[...] E depois, no Ensino Médio, eu estudei no Dom João Becker, onde eu tive a professora Joana, de História. Uma professora que um dia foi dar aula pra nós com o braço todo engessado, porque tinha apanhado dos brigadianos na Praça da Matriz. Então essas coisas iam me fazendo gostar cada vez mais de História, né? [...]”. No geral, a sua memória apresenta certa tendência a se ater às relações interpessoais e conexões construídas junto aos demais docentes, revelando afinidades que se aproximam da esfera familiar. Isso fica evidente, por exemplo, quando o depoente menciona a professora Nádia, cuja filha também seguiu a docência e, por sua vez, acabou sendo professora de seu filho. Assim como, quando o professor menciona o convite feito a ambas as professoras, Cida e Joana, para a sua formatura, evidencia a grande influência que estas exerceram sobre a formação de sua identidade docente.

Outro importante marco apresentado por Sílvio Alexandre é a sua participação na greve docente realizada durante o governo Antônio Britto, em 1997. Como foi dito anteriormente, essa faísca de resistência aparece como um marco inicial de sua atuação política como docente. Pode-se dizer que tal atuação veio cedo, ainda durante a sua formação, mas isso não é surpresa levando em conta as figuras que o inspiraram. Esse marco de

memória é interessante por, além de tudo, levantar uma questão de grande importância para o docente: a militância sindical. Quanto ao resultado da greve, o docente comenta que, apesar do slogan adotado pelo governo Britto, “paz na educação”, cujo suposto intuito era o de representar o fim dos embates que seus antecessores travaram com a categoria, as professoras e professores gaúchos não deixaram de lutar pela educação, por melhores condições de trabalho e remuneração, e com isso “[...]o governo foi desgastado. O Antônio Britto foi desgastado. Foi mostrada a face cruel dele para a sociedade”.

A eleição de Olívio Dutra para o governo do Rio Grande do Sul, em 1999, que aparece como um marco no relato de Liana Borges, também configura um marco na memória de Sílvio Alexandre. A diferença, no entanto, está na forma como ambos recordam tal governo. Na memória da primeira, a figura de Olívio Dutra possui uma imagem incontestável, como exemplifica a sua fala: “[...] nosso sempre prefeito e nosso sempre governador[...]”. As memórias do último, entretanto, apresentam uma visão mais ambígua sobre o então governador petista. Sílvio Alexandre expõe que, apesar do governo Dutra, bem como o de Tarso Genro, terem permitido avanços importantes, estes avanços não foram alcançados sem pressão por parte da categoria. O que diferencia tais governos dos que os sucederam é a possibilidade do diálogo: “[...] Então, na rede estadual, eu vivi ali dois governos, o governo Olívio Dutra e o governo Tarso Genro, onde houveram avanços importantes. Onde se respirava democracia. Nós pensávamos diferente em várias questões, concordávamos em outras, mas a gente conseguia discutir, debater, lutar, reivindicar, pressionar...” Contudo, apesar de representarem uma grande melhoria na relação entre o Estado e a categoria, estas administrações geraram expectativas que não puderam cumprir, e assim também acabaram se desgastando. Nas palavras do docente: “[...] mesmo o próprio governo Olívio, não conseguiu resolver a questão salarial. Não conseguiu... houve um desencanto muito forte da categoria, porque é uma categoria que amarga perdas históricas[...]” Sobre tal desencanto, ele complementa: “[...] Não se conseguiu fazer tudo o que se queria, a coisa é muito dinâmica. A gente não tem ilusão de que vai resolver todos os problemas em quatro anos de uma gestão de um governo popular. A gente sabe disso[...]”

Os próximos marcos de memória presentes no relato de Sílvio Alexandre podem ser melhor compreendidos em conjunto. Estes são: o mandato de José Ivo Sartori (PMDB) para o governo do estado do Rio Grande do Sul e o início dos ataques aos NEEJAs, em 2016. Em janeiro de 2015, se encerra o mandato do governador petista Tarso Genro e tem início o governo Sartori. A mudança de governo, o docente relata, dá início a um projeto de sucateamento e desestruturação da educação gaúcha, afetando diretamente a EJA no estado.

Ele conta que, no período anterior ao governo Sartori, já havia uma grave falta de apoio por parte da Secretaria de Educação à EJA. Quando Sartori assume, além da falta de apoio se tem o fechamento de escolas. O docente explica que “essa moda de fechar escolas [...]”, apesar de se intensificar no governo Sartori, não foi iniciada por ele, e nos apresenta uma breve cronologia da situação desde o governo de Antônio Britto. Entre os governos citados, ele elenca os de Yeda Crusius (PSDB), Sartori, e Eduardo Leite (PSDB) como os mais prejudiciais nesse sentido. Destaca também que houve uma continuidade desse processo entre os dois últimos, que tomou maiores proporções ao encontrar respaldo nos governos federais de Michel Temer (PMDB, atual MDB) e Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o seu relato, esse processo envolveu, além do fechamento de escolas, o encerramento ou multisseriamento de turmas, e a municipalização de escolas de Ensino Fundamental no interior do estado. A EJA também foi afetada por esse processo, perdendo diversas escolas próprias, além do encerramento de turnos em escolas do ensino regular. Então, em 2016 os NEEJAs entram na mira do governo Sartori. A justificativa apresentada para o fechamento dos Núcleos foi embasada em uma suposta ausência de demanda por parte da comunidade, argumento que o depoente faz questão de negar, citando os dados referentes à quantidade de jovens e adultos gaúchos com mais de 18 anos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio. O docente relembra ainda o número de estudantes matriculados no NEEJA Paulo Freire antes e depois da pandemia, em torno de dois mil alunos por ano, afirmando também que, por efeito da pandemia e do governo Bolsonaro, o quadro dos indicadores sociais da educação no Brasil se agravou.

Ao recordar suas memórias, Sílvio Alexandre direciona o foco inicial às pessoas marcantes e às relações estabelecidas ao longo de sua educação inicial e formação docente, a exemplo das professoras que o inspiraram. A partir daí, passa a recontar o cenário político gaúcho a partir de sua experiência e perspectiva própria como professor. Considerando que o depoente faz parte do CPERS e participou ativamente de suas mobilizações, é compreensível que sua narrativa apresente traços perceptíveis do projeto político desta organização. Ao ser perguntado sobre o significado que dá à militância, por exemplo, o docente relembra as greves mobilizadas pelo sindicato em defesa da escola pública e da valorização docente. No entanto, assim como ele relata o desencanto da categoria com o PT, é possível argumentar que o mesmo se passa em sua relação com o CPERS. Ele próprio explica não se tratar de algo relacionado à natureza do sindicato, mas sim às estratégias adotadas por sua liderança:

Mas, na direção central continua o mesmo grupo político, que está há dez anos, e que na minha opinião, e de várias pessoas, erra nas estratégias, né? Pra arrancar, pra

lutar, pra defender a categoria. Perdeu coisas... por que, assim... governo Sartori e governo Eduardo Leite são governos duros. Mas, até antes do governo Sartori, o sindicato enfrentou governos duros, com dureza. E essa direção, na minha opinião, e de outros, errou nas suas estratégias, errou nos seus métodos, e, em dez anos, não conquistou absolutamente nada.

Algo em comum à narrativa apresentada por ambos os depoentes é a sua preocupação com o futuro da educação brasileira e suas políticas públicas para a EJA. Para Pollak, “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento da estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 4). Considerando isso, é interessante o fato de que ambos os professores verbalizaram suas expectativas e preocupações em relação ao novo mandato para presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência da República pela terceira vez em 2023. Em seu relato, Liana Borges fala da reconstrução da política pública para a EJA gaúcha no pós-ditadura, da qual pôde, com muito orgulho, fazer parte. Agora, após atravessar o período pandêmico e o governo Bolsonaro, ela percebe um novo momento de reconstrução, de ação para recuperar o que foi perdido nesse período:

E essa Comissão Nacional de EJA ela, no governo Temer, perdeu a força, e no governo Bolsonaro, inclusive no primeiro mês do Bolsonaro (graças a Deus, se foi pro espaço!), além de todos os conselhos que ele destruiu, e todas as comissões, ele também desmanchou a Comissão Nacional de EJA. E hoje, o Ministério da Educação, agora na terceira gestão do Lula precisa, digamos assim, recompor esses últimos quarenta anos de luta, por que não restou absolutamente nada em nível federal, e quando não resta em nível federal, os estados, via de regra, se retraem, e os municípios também lavam as mãos e a Educação de Jovens e Adultos, hoje, tem um recuo histórico como nunca teve, desde o golpe de 1964.

Se encaminhando para o fim da entrevista, ela volta a salientar a necessidade de retomar a construção da EJA pelo seu ponto inicial, ou seja, a sua concepção como um direito social, cuja responsabilidade é do Estado brasileiro:

Eu acho que o importante é... Assim, a gente tá na estaca... não é nem na estaca zero. A gente tá no “menos um”. A gente precisa voltar a lutar, primeiro, pela EJA como um direito. Nós vamos ter que voltar aos anos 80, lutar pela Educação de Jovens e Adultos como um direito público, e portanto dever do Estado brasileiro. A gente vai ter que voltar a lutar por um projeto político-pedagógico que tenha a cara das necessidades, das utopias e dos projetos de vida... das pessoas que participam da EJA. A gente vai ter que lutar por uma concepção de EJA que tenha a ver com a formação pra cidadania, com a formação para o mundo do trabalho... é um processo de retomada, de refundação da Educação Popular, na educação brasileira como um todo, e em particular na Educação de Jovens e Adultos.

Sílvio Alexandre, por outro lado, cita o terceiro mandato do governo Lula para ressaltar sua preocupação, compartilhada com colegas e entidades do movimento educacional, quanto ao Novo Ensino Médio e sua implementação. Ele cita a formulação de uma carta aberta a Camilo Santana, ministro da Educação, contando com a assinatura de

trezentas de tais entidades, para expressar sua insatisfação quanto à estratégia do governo nesta questão. Para o depoente, é impensável que o governo popular de Lula não impeça a reforma do ensino médio: “[...]Por que esse Novo Ensino Médio é um lixo de Michel Temer e de Bolsonaro. Não pode o governo Lula implementar... continuar a implementação de uma reforma feita por esses governos autoritários e negacionistas. Então, isso é terrível.” Seguindo essa mesma linha, ele expõe claramente a sua expectativa para esse governo:

“Então assim, uma coisa importante de dizer também: tem uma expectativa que agora, nesse ano de 2023, com o novo governo federal, com governo Lula, com novo ministro da educação, se mude essa situação. Se melhore essa situação. Se mude esse clima que nós vivemos, de negacionismo, de perseguição aos grandes pensadores brasileiros, de perseguição à ciência. E se mude isso, se melhore essa situação. Mas assim, é... vai ser difícil recuperar essa situação toda. Claro, eles têm a tarefa. Eles têm a responsabilidade de fazer essa mudança.”

O docente faz ainda uma comparação entre o novo governo e o seu antecessor:

Mas claro que, se comparar, que nem eu te disse antes e repito agora. Vai comparar o que o governo Lula vai fazer, ao que o governo Bolsonaro fez... será infinitamente superior. Só que a gente quer mais. A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. Então é isso, né? E o próprio Lula falou, em vários discursos dele, ele quer que o movimento popular se organize. Pressione. Então nós temos que pressionar. As nossas entidades tem que pressionar. Tem que ter mais força, mais pressão. Não é errado pressionar um governo popular, entendeu? Mas, obviamente que a gente tem que reconhecer as diferenças.

Finalizando esse capítulo de análise dos depoimentos, parece importante frisar que os mesmos não foram produzidos com a pretensão de se capturar o todo, ou seja, de esgotar as histórias dos docentes entrevistados, tanto em relação às suas histórias de vida quanto àquelas referentes à EJA ou os NEEJAs. Para Pollak, o silêncio também é um aspecto de grande importância para a história oral. O autor aponta que

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (Pollak, 1989, p. 8)

Essa fronteira entre o dizível e o indizível, e a ênfase dada a um ou outro aspecto das lembranças, dentro da lógica apresentada pelo autor, varia de acordo com as circunstâncias que permeiam o depoente e que “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.” (Pollak, 1989, p. 8). Para explicar um pouco mais a fundo os fatores que influenciam a reconstrução da memória em um depoimento, faço referência a outro termo levantado por Pollak, o de “memória enquadrada”, ou seja, a expressão da memória a partir de um discurso organizado que serve a um fim determinado. As memórias podem sofrer inúmeras alterações dependendo do contexto em que são relatadas, entretanto, “Tanto no nível individual como no

nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados.” (Pollak, 1989, p. 13). Com isso em mente, é possível realizar uma breve abordagem da diferença de ponto de vista entre os depoentes com base em um ponto em comum entre estes. A exemplo disso, podemos analisar suas avaliações e expectativas quanto ao governo Lula: Liana Borges possui uma perspectiva político-partidária, de alguém que geriu políticas públicas na educação. Ela destaca o papel de Lula nesse novo momento de reconstrução e retomada, dirigindo suas críticas aos governos que o antecederam; Sílvio Alexandre, por outro lado, traz o ponto de vista do movimento docente autônomo. Ele tem expectativas positivas quanto ao novo governo Lula e também se mostra contrário aos governos que sucederam o golpe, mas ressalta que isso não anula a necessidade de mobilização da categoria e de se exercer pressão popular. Tais características apresentadas pelos depoentes compõem o todo da construção de sua narrativa e permitem um melhor vislumbre de sua identidade docente.

6. Considerações finais

Esta investigação teve como ponto inicial o último estágio obrigatório de minha graduação, referente ao Ensino Médio, o qual realizei junto ao NEEJA Paulo Freire. Durante a minha formação, acumulei experiências extracurriculares junto à educação popular e à EJA. Essas vivências influenciaram minha formação docente, bem como o princípio de minha identificação dentro desta categoria, e fizeram com que eu me interessasse cada vez mais pela educação de adultos. Tal inclinação pela modalidade foi um dos fatores que me levou a procurar o Núcleo como uma opção de local para a realização do estágio. Outro fator foi a curiosidade, minha vontade de conhecer a história e o modelo de funcionamento destes locais de ensino tão singulares, os Núcleos de EJA.

Em relação à metodologia que empregaria para esta investigação, busquei na literatura acadêmica relacionada e cheguei a duas alternativas: a produção de Rodas de Conversa, método que tem como objetivo a construção de uma narrativa coletiva; e a História Oral, que se baseia em entrevistas individuais. A minha opção foi pela metodologia da História Oral, por perceber que este modelo se encaixava melhor com as questões que eu buscava investigar, uma vez que eu poderia obter mais detalhes sobre as vivências dos depoentes, e também por razões de distanciamento social, tendo em mente o momento pandêmico em que ainda nos encontrávamos.

Pesquisar a bibliografia acadêmica a respeito da história da EJA, além de ter sido crucial para a minha compreensão das informações que surgiram com as fontes orais, também fez com que eu me encontrasse com o posicionamento de figuras docentes importantes para essa investigação e serviu para acentuar minha identificação e afinidade para com a docência. Isso inclui, certamente, a professora Liana Borges, de quem muito já falei aqui, mas também Jocelito Zalla, que me orientou ao longo do processo desta pesquisa. Tal sentimento se mistura com aquele de fazer parte de uma rede de transmissão de saberes docentes, um elo em uma longa corrente de professores que luta pela educação popular, que já começava a se instaurar desde a época de meu estágio no NEEJA Paulo Freire, local simbólico para mim, enquanto trocava ideias com professor Sílvio Alexandre e o acompanhava em suas aulas de História.

Em um sentido semelhante, quanto mais eu pesquisava e lia sobre a História Oral para poder conduzir e analisar os depoimentos, mais crescia o meu interesse por essa metodologia. Desde o Manual de História Oral, de Verena Alberti, que me foi de grande orientação, até a leitura das obras de Michael Pollak e Alessandro Portelli, que me ajudaram a navegar pelos

conceitos de memória, identidade, silêncio e mito. Entre esses conceitos, se destaca a relação entre memória e identidade, que me permitiram uma melhor compreensão das narrativas dos depoentes. No geral, me agradou muito a opção por trabalhar com esta metodologia. Pouco a pouco, passei a me perceber não só como docente em formação, mas também como um pesquisador da História Oral, algo que certamente darei continuidade em projetos futuros.

Em relação às respostas que obtive a partir das entrevistas com os docentes, posso afirmar que estas superaram as minhas expectativas. Uma relação de temporalidade das informações estabelecida pelos depoentes entre si logo ficou evidente, com a primeira dedicando mais atenção ao período entre a redemocratização e o começo dos anos 2000, e o último, ao período posterior ao golpe de 2016. Como já era esperado, Liana Borges apresentou uma bela recapitulação da história da EJA no RS a partir de suas próprias experiências. O seu ponto de vista é o de alguém que fez parte de uma gestão considerada popular, e que pode contribuir diretamente para a construção da política pública para a modalidade, trabalhando diretamente com o patrono da educação brasileira. O encantamento, a visão mítica de Paulo Freire e o forte senso de identidade presentes em suas memórias condizem com a imagem de alguém que, como ela mesmo diz, vivenciou tamanha honra. Além disso, foi através dela que pude tomar conhecimento da história por trás dos Núcleos de EJA, compreendendo melhor a sua estreita ligação com a educação freireana. Quanto ao professor Sílvio Alexandre, posso afirmar que ele mostrou um ponto de vista ligado mais à base da categoria, a perspectiva do movimento docente autônomo. É a perspectiva de alguém que, desde o início de sua carreira, participou das manifestações pela educação no Rio Grande do Sul, além de ser um membro ativo do CPERS. Ele, inclusive, fez parte da direção central do sindicato em determinado momento. Apesar disso, o professor não se mostra tímido em apontar suas discordâncias para com os caminhos escolhidos pela gestão dessa organização. Sílvio Alexandre apresenta um discurso pragmático em relação às ações que considera necessárias à defesa da educação e carrega em suas memórias o histórico das reivindicações sindicais. Ele também traz um sóbrio balanço das ações daqueles que passaram por ou estão no poder, com críticas concretas tanto aos governos populares quanto aos impopulares. A mais marcante perspectiva que ele levanta sobre a militância docente pela EJA é a de que, por melhor que seja o diálogo estabelecido entre os governos reconhecidos como populares, isso não anula a necessidade de exercer a pressão popular.

Em suma, da mensagem que posso transmitir a partir das entrevistas com os docentes, percebo que essa é muito semelhante àquela presente na frase “o preço da liberdade é a eterna vigilância“, atribuída a John Philpot Curran, amplamente citada para se falar de democracia.

Tal vigilância, nesse caso, se refere à maneira como a educação é construída e mantida em nosso país. É preciso que aqueles que desejam defender uma educação crítica e popular como um direito social se mantenham vigilantes. Isso inclui não só a categoria docente, mas também os pais, pesquisadores, atores políticos e militantes envolvidos com a educação. Devemos nos manter ativos e alertas contra os governos que se mostram inimigos da educação, mas, da mesma forma, pressionar aqueles que se promovem como seus aliados. Para que esta possa ser verdadeiramente libertadora, é necessário que não descuidemos de questões que são tanto práticas quanto políticas como, por exemplo, a infra-estrutura escolar e a valorização da carreira docente, pois sem as condições adequadas para o pleno exercício de sua profissão, bem como para o seu sustento, os trabalhadores da educação sempre enfrentarão uma verdadeira contramare. O descaso, assim como o sucateamento proposital da educação, leva a menos, e também inadequadas, formações docentes, bem como a menos espaços escolares disponíveis para a população. Nesse mesmo sentido, a desproporcional remuneração da categoria leva a menos professoras e professores nas escolas. Os retrocessos que a educação vem sofrendo nas primeiras décadas do novo milênio fazem com que a mera continuação da oferta de educação popular permaneça como um ato de resistência quando, como bem nos diz o professor Sílvio Alexandre, esta é – ou deveria ser – uma responsabilidade social do Estado.

7. Bibliografia

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral (3a ed.)**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral (8a ed)**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- ANTUNES, Margarete Hirdes. **Os reflexos do projeto neoliberal na política da educação no Rio Grande do Sul: o estudo das três últimas gestões governamentais a partir de 2010**. p.63-165. 2022.
- Blog Professora Marli - Falando de educação. **Contra a retirada de professores**. Disponível em: <<https://profemarli.com/contr-a-retirada-de-professores2>> Acesso em 15/05/2023.
- BORGES, Liana. **A alfabetização de jovens e adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA**. 2009.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.
- CASEIRA, Veridiana Gomes; PEREIRA, Vilmar Alves. **A Educação de Jovens e Adultos enquanto expressão da Educação Popular**. EJA em Debate, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 9a Edição. v. 1. Editora Vozes, 2003.
- COSTA, Aryana Lima; ZALLA, Jocelito. **A EJA E O ENSINO DE HISTÓRIA**. in: Formação de professores em Geografia e História: práticas e saberes. Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins, Luciana Rossato (org). 2021, p. 297.
- DE LIMA BARCELOS, Valdo Hermes. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. p. 19-42. 6a Edição. Editora Vozes, 2014.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ/SNAS/SG. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF. 2014.
- DIEESE. **Pesquisa sobre os NEEJAS da Rede Estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <www.shorturl.at/jMNST>. Acesso em 01/09/2022.
- INEP. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)**. Acesso em 08/02/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encejea>>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (**Pnad Contínua**). Rio de Janeiro. IBGE. 2019.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos Roberto. **O Brasil republicano: Uma história de golpes de Estado.** in: A crise da democracia brasileira, v. 1, 2017.

Repórter Popular RS. **Sob novo ataque da secretaria de Educação, professores de Neeja se mobilizam, 23 de fevereiro de 2022.** Acesso em: 30/08/2022. Disponível em: <<https://reporterpopular.com.br/ataque-da-secretaria-educacao-professores-neeja-mobilizam>>

ROMPATTO, Maurílio. **A oralidade como fonte de pesquisa em história regional.** Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 41, 2010.

PACIEVITCH, Caroline; DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi. **Utopia, responsabilidade e militância política.** 28 de fevereiro, 01 e 02 de março de 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944).** M. M. Ferreira e J. Amado (orgs.), Uso e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 103-130, 1998.

8. Anexos

Anexo 1: roteiro de entrevistas semiestruturado.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:

Deponente:

Entrevistador:

1. Em um primeiro momento, solicitar que a(o) entrevistada(o) fale sobre si, sua trajetória e carreira.
2. Em seguida, perguntar sobre o significado que a(o) entrevistada(o) atribui à militância, e a relação desta com a docência em sua vivência.
3. A partir desse ponto, continuar as questões com base nas temáticas geradoras elencadas para a entrevista.
 - a. Para a entrevista com a prof^ª. Liana Borges, o foco foram as mobilizações docentes pela modalidade EJA no período compreendido entre os anos 1980 e 2000, bem como o contexto de criação dos NEEJAs.
 - b. Para a entrevista com o prof. Sílvio Alexandre, o foco foram as mobilizações docentes pela modalidade EJA que ocorreram de 2016 em diante, além dos ataques que os NEEJAs sofreram nesse período.

Anexo 2: modelo de carta de cessão de direitos sobre depoimento oral.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu _____, portadora do CPF nº _____, declaro ceder ao acadêmico Guilherme do Nascimento Goettens, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de minha entrevista, gravada em __/__/__. O acadêmico fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem

como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

O preenchimento desta ficha e seu retorno por e-mail configura assinatura eletrônica do documento.

Anexo 3: carta de cessão de direitos sobre depoimento oral de Liana Borges.



Guilherme Goettens <ggoettens96@gmail.com>

Carta de cessão

LIANA BORGES <lianaborges@cafecompaulofreire.com.br>
Para: Guilherme Goettens <ggoettens96@gmail.com>

6 de fevereiro de 2023 às 21:18

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu LIANA DA SILVA BORGES, portadora do CPF nº 430179400-04, declaro ceder ao acadêmico Guilherme do Nascimento Goettens, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de minha entrevista, gravada em 03/02/2023.

O acadêmico fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

O preenchimento desta ficha e seu retorno por e-mail configura assinatura eletrônica do documento.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Anexo 4: transcrição da entrevista de Liana Borges.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História**

Data: 03/02/2023

Entrevistado: Liana Borges - **LB**

Entrevistador: Guilherme Goettens (242235) - **G**

ENTREVISTA

[Damos início à conversa e à gravação da sala]

LB: Vou começar a gravar. Já tá gravando, Guilherme.

G: Tá bom então. Se tu puder começar contando um pouco de ti e da tua trajetória...

LB: Tá certo. Bom, eu me chamo Liana Borges, sou professora aposentada da rede de educação aqui de Porto Alegre. Fui professora por 34 anos...

[Nesse momento, perdemos o áudio da reunião devido à um problema na internet]

LB: [...] e nesse período, por um tempo de mais ou menos 16 anos concomitantes à prefeitura, eu também fui professora da rede estadual aqui do Rio Grande do Sul. A maior parte dos anos de trabalho [ou] se deram na alfabetização de crianças, por um tempo, depois na alfabetização de jovens e adolescentes, e depois entrei na alfabetização de jovens e adultos. Na prefeitura de Porto Alegre, por um período, eu fui professora de História e Geografia no ensino noturno. [...] Numa escola municipal na vila Santa Rosa e logo depois, (eu entrei no município em 1985), quatro anos depois, em 1989, então na primeira eleição do Partido dos Trabalhadores aqui em Porto Alegre, com Olívio Dutra prefeito da cidade, nosso sempre prefeito e nosso sempre governador, eu tive a oportunidade, a tarefa e o desafio de coordenar a Educação de Jovens e Adultos na cidade. É interessante por que, em 1989, nós tínhamos saído da ditadura há 9 anos anteriores, 1980, e a experiência da ditadura militar aqui em Porto Alegre, no que se refere à educação de adultos... ela foi relativamente forte. Nós tivemos, em Porto Alegre, muitas turmas do MOBRAL e, no estado, muitas escolas ofertando o ensino supletivo. E era muito forte mesmo, os Centros de Ensino Supletivo (CES), os Núcleos de Orientação ao Ensino Supletivo no estado, e a prefeitura ofereceu o MOBRAL até o final da ditadura. E depois, entre a ditadura e a redemocratização, entre 1981 até a chegada do Olívio, em 1989, Porto Alegre ficou num vácuo, ficou num limbo, ficou num vazio, e quando a gente assumiu a prefeitura, lá em 1989, a cidade de Porto Alegre não oferecia mais nenhuma... nenhuma oferta, nenhuma experiência, nenhum trabalho de educação voltado para pessoas acima dos 15 anos. Então, por um lado a gente herdou a tragédia da ditadura militar, e as marcas, muito negativas, que o MOBRAL deixou naquelas pessoas, e por outro lado, a gente também tinha o desafio de construir uma política pública de Educação de Jovens e Adultos. E isso foi muito importante porque, no mesmo período em que o Olívio foi prefeito aqui na cidade, em São Paulo a Erundina era prefeita, a Luiza Erundina, e o Paulo Freire foi o secretário de educação. E a gente sabe que a educação de adultos, a alfabetização de adultos para Paulo Freire, a partir de toda a sua história, era algo muito especial. Era algo muito importante. Tanto que Paulo Freire foi reconhecido pelos movimentos sociais e populares da cidade de São Paulo. Foi procurado pelos movimentos

sociais e populares, e esses movimentos cobraram do Paulo Freire: “Tá, e agora o que tu vais fazer, a partir de toda a tua experiência, para superar o analfabetismo da cidade e para dar conta da política de Educação de Jovens e Adultos?”. Então Paulo Freire... eu tô fazendo um parênteses, Paulo Freire montou uma equipe, e essa equipe começou a organizar um conjunto de ideias, a partir da experiência de Paulo Freire pra Educação de Jovens e Adultos. E aí, além de Porto Alegre e de São Paulo, mais dez prefeituras estavam sendo administradas pelo Partido dos Trabalhadores, pelas administrações populares, como a gente chamava na época. Então, nós formamos um grupo de doze prefeituras, e a gente, nós aqui de Porto Alegre, íamos para São Paulo mais ou menos a cada quarenta dias, encontrar com essas administrações populares, e às vezes com o próprio Paulo Freire, para conceber as primeiras ideias para essa política pública. Então a gente teve um desafio muito grande, de pensar a Educação de Jovens e Adultos, e ao mesmo tempo, uma alegria imensa de fazer parte desse grupo, com Paulo Freire às vezes junto. Imagina, que honra, né? Que honra! E ao mesmo tempo, que super compromisso. Então... eu já era uma militante da Educação Popular. Quando eu fiz magistério, entre os anos de 1976 e 1979, eu fui alfabetizadora numa comunidade aqui em Porto Alegre, uma comunidade de mulheres, e ali, naquela experiência dos anos 70, eu conheci um método de alfabetização e foi o primeiro contato... eu tinha dezesseis anos, dezessete anos, ali no rolo da ditadura militar, 1976, 1977... eu tive o meu primeiro contato com Pedagogia do Oprimido. E aí, doze anos depois, eu me encontro com aquele que tinha sido minha referência na adolescência. Porque, quando a gente tinha dezesseis anos, lá no século passado, nós éramos adolescentes. Agora os adolescentes já tem uma outra visão de mundo, uma outra experiência. Vocês tem uma experiência muito maior do que o que a gente teve na minha geração. Por que é uma geração que vive a sua adolescência, sua juventude, o início da sua juventude, na ditadura e na redemocratização. Então a minha geração, eu tenho 62 anos, é uma geração meio “sanduíche”, do golpe militar e da redemocratização, e de todo o período depois... de redemocratização do país, nesses últimos trinta e poucos, quarenta anos. Então desde os dezesseis anos, e depois aos vinte e nove, coordenando a educação de adultos aqui em Porto Alegre, eu fui cada vez mais me aproximando da Educação Popular, estudando a Educação Popular, e cada vez mais conhecendo educadores, professores, estudantes, movimentos sociais, militantes da Educação Popular que eram discípulos, que eram seguidores de Paulo Freire. Daí a gente teve essa possibilidade, aqui na prefeitura de Porto Alegre, de construir uma política pública que, nas capitais do Brasil... considerando também o Distrito Federal, Guilherme... a política pública de EJA em Porto Alegre é a política pública mais longa que, desde 1989 até agora, nesses

últimos trinta e três anos, mesmo com os outros governos que sucederam as administrações populares, é uma política pública que resiste, que nenhum governo chega e consegue desmontar, por que há uma apropriação por parte da cidade, por parte dos professores e professoras, que são protagonistas desse processo. Via de regra, a educação de adultos sempre é uma política pública que é desmanchada pelos governos que entram, e aqui em Porto Alegre a gente consegue resistir.

Pulando na história, quando o Olívio foi governador do Rio Grande do Sul em 1999, portanto dez anos depois da prefeitura de Porto Alegre, eu fui com ele coordenar a EJA no Rio Grande do Sul. E aí então a gente implantou... aí com o ensino supletivo muito consolidado, a gente precisou reconstruir toda a ideia de educação de adultos como direito, toda a ideia de que currículo pra EJA não é um currículo de uma criança adequado à idade adulta, mas que é preciso outra proposta político-pedagógica que dialogue com as necessidades, com as experiências, e com os interesses dos jovens, dos adultos, e dos idosos. E aí, na administração do estado, então, a gente traz a experiência de Porto Alegre e agrega outros conhecimentos e outras ideias... e uma experiência que a gente vinha acumulando não só aqui, mas em nível nacional, por que eu sou uma militante da educação de adultos, participei ativamente dos fóruns... do Fórum Municipal de EJA, do Fórum Estadual de EJA, dos encontros nacionais da EJA, tive a oportunidade de participar da Comissão Nacional de EJA, que era uma instância no Ministério da Educação que escutava a sociedade civil organizada, e a sociedade civil organizada trazia sugestões, acompanhava, fiscaliza, propunha, construía junto com os governos Lula e Dilma. E essa Comissão Nacional de EJA ela, no governo Temer, perdeu a força, e no governo Bolsonaro, inclusive no primeiro mês do Bolsonaro (graças a Deus, se foi pro espaço!), além de todos os conselhos que ele destruiu, e todas as comissões, ele também desmanchou a Comissão Nacional de EJA. E hoje, o Ministério da Educação, agora na terceira gestão do Lula precisa, digamos assim, recompor esses últimos quarenta anos de luta, por que não restou absolutamente nada em nível federal, e quando não resta em nível federal, os estados, via de regra, se retraem, e os municípios também lavam as mãos e a Educação de Jovens e Adultos, hoje, tem um recuo histórico como nunca teve, desde o golpe de 1964. A gente tem uma redução dramática da oferta de EJA, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio, a gente tem uma coisa horrível que é, por exemplo, o crescimento dos indicadores de analfabetismo. O analfabetismo no Brasil, que vinha em queda, ele estacionou, e agora ele volta a subir. Então o quadro, ele é muito trágico. Muito trágico. Então a minha trajetória é por aí, pela Educação Popular, na perspectiva freireana, e na Educação de Jovens e Adultos. E depois que eu me aposentei, então, como sou

um pouco inquieta na militância, junto com outras companheiras, a gente construiu uma rede, que hoje é uma rede internacional, e chama Café com Paulo Freire. E a gente tem o Café com Paulo Freire em onze estados do Brasil e no Distrito Federal, em alguns países da Europa, e no restante da América Latina, e o Café com Paulo Freire tem como objetivo reler, re-estudar e reescrever o pensamento de Paulo Freire a partir do contexto presente. Então a minha tarefa hoje, ela é de militante. Eu sou uma militante vinte e quatro... sempre fui, mas eu trabalhava como uma profissional, como uma professora, como uma educadora, e hoje eu sou só uma militante da Educação Popular e vou, até ficar bem velhinha, defendendo o legado de Paulo Freire.

G: Vamos juntos! Então, muito obrigado. Tu poderia me falar um pouquinho agora sobre, especificamente, a situação dos Núcleos (de EJA do Rio Grande do Sul), sobre como os professores fizeram a resistência deles? Qual era o contexto exatamente nessa parte?

LB: Então, quando nós chegamos na gestão do Olívio no estado, nós tínhamos o seguinte cenário: nós tínhamos oferta de EJA nas escolas estaduais, que chamava de supletivo. Tínhamos os Núcleos de Orientação ao Supletivo (NOES), que as pessoas iam lá, pegavam as apostilas e se preparavam para fazer o exame supletivo, que era organizado e ofertado pelo estado. Então nós tínhamos a oferta nas escolas, o Núcleos de Orientação ao Supletivo, que as pessoas não frequentavam, não era uma escola, era um espaço de orientação mesmo, e nós tínhamos os CES, os Centros de Ensino Supletivo, que ali então era com aula, com professora, com professor, com sala de aula, enfim, mas numa visão muito... muito marginal da educação de adultos, uma visão muito infantilizada da EJA... uma visão muito conteudista e muito de preparação para os exames supletivos. E aí então nós tivemos, através do processo da constituinte escolar, que mexeu com a organização da escola da educação infantil até o ensino médio, passando pela EJA, na discussão com as trinta coordenadorias regionais de educação. Nós tínhamos, aqui na Secretaria de Educação, aqui em Porto Alegre, uma coordenação estadual, éramos eu e mais três ou quatro pessoas, depois esse grupo foi crescendo, e em cada uma das trinta coordenadorias tinha uma coordenação de coordenação, uma coordenação regional da EJA, que respondia, e que responde ainda, por um conjunto de municípios. E com esse coletivo... nós chegamos a ter um coletivo de coordenação estadual a regionais de cento e vinte pessoas... e nós reunimos, com muita sistematicidade, com muita frequência, pra muito estudo, nós reunimos com esse grupo muitas vezes ao mês, e ao longo do ano, e ao longo dos anos, e a gente foi construindo uma

proposta político-pedagógica pra EJA. Trazendo assessorias do Brasil, trazendo assessorias da Europa, trazendo assessorias da América Latina, no campo da Educação Popular, e no campo das outras áreas de conhecimento, e aí nós fomos então reestruturando a oferta de EJA nas escolas... e os Núcleos de Orientação ao Supletivo e os CES, com estes professores e professoras, que faziam parte dos NOES e dos CES, nós montamos um grupo de trabalho que levou mais ou menos um ano para construir a proposta político-pedagógica, também de forma coletiva, e aí nós definimos pela construção dos Núcleos de Educação e Cultura Popular de Jovens e Adultos. Então aqueles NOES e aqueles CES, se construíram pedagogicamente e politicamente em NEEJAs, e além disso nós criamos outros NEEJAs no estado. Quando o Olívio terminou a gestão, nós tínhamos no Rio Grande do Sul quarenta e quatro NEEJAs, e esses Núcleos de Educação de Jovens e adultos e de cultura popular... a gente trouxe o conceito de cultura para dentro do conceito de educação, por que a Educação Popular em Paulo Freire, ela passa pelo conceito de cultura, aquilo que a educação ajuda a transformar na sociedade. Esse é o conceito de cultura em Paulo Freire. E eu lembro que a gente construiu, assim, muito resumidamente, nós construímos os Núcleos primeiro com a ideia da educação e da cultura. Um espaço de escolarização, mas um espaço de produção e de fomento à cultura... da cultura popular, da cultura juvenil, da cultura que faz parte da vida do Rio Grande do Sul, e aí, dependendo da região onde o Núcleo estava inserido, a produção cultural e o acesso à cultura tinha a ver com a sua regionalização. Também tinha a dimensão do trabalho... educação, cultura E trabalho, e o núcleo também contribuía com a profissionalização. Aí, dependendo da região, e dependendo das parcerias que aquele núcleo fazia naquela região, as ofertas de orientação para o trabalho, de qualificação para o trabalho, ou de preparação para o trabalho, tinha a ver com as necessidades regionais. E a gente trabalhou os núcleos com a ideia de atender, a gente falava, três tempos tempos de vida: aquele estudante que tem tempo pra ficar no núcleo, e estudar no núcleo, e frequentar as aulas, como um estudante “normal”, e aí então ele frequentava, ele fazia a sua matrícula, ele ia às aulas cotidianamente, diariamente; aqueles estudantes que tinham algum tempo pra ficar no núcleo, que não iam todos os dias, mas que em algum tempo eles tinham disponibilidade, mas que também se matricularam, e também frequentavam de acordo com o seu tempo; e aqueles estudantes que não tinham tempo pra ficar no núcleo e que precisavam então, estudar na sua casa, no seu trabalho, enfim. Mas o núcleo tava sempre ali, como um espaço de encontro, de troca, e a gente foi entendendo que, na medida em que os núcleos criavam raízes nas suas comunidades, aqueles estudantes que não tinham nenhum tempo acabavam achando um tempo pra ficar no núcleo, tal era a relação de confiança, de vínculo pedagógico, de

vínculo político desses núcleos nas suas comunidades e com os seus estudantes. E a gente fez outras duas coisas que são importantes: uma delas, nem os NOES e nem os CES certificaram, davam histórico escolar, as pessoas tinham que fazer exame supletivo. Nos núcleos não, nos núcleos a gente montou uma proposta político-pedagógica, fomos pro Conselho Estadual de Educação, quebramos o pau muitas vezes no Conselho, mas o Conselho acabou concedendo pros Núcleos o direito de certificar os estudantes. Então os estudantes não precisavam mais fazer o exame supletivo. Eles frequentavam o núcleo e ali eles eram avaliados, e ali eles eram certificados. A gente também, por lei, continuou oferecendo os exames supletivos, pra aquele estudante que não queria ir pro núcleo, porque ninguém era obrigado a estar no núcleo. Então a questão da certificação no processo... e a gente organizou uma proposta político-pedagógica tanto no NEEJA, quanto nas escolas estaduais que até hoje ainda existe, que tem a ver com a experiência que a gente construiu em Porto Alegre, que chama Totalidade de Conhecimento. E a Totalidade de Conhecimento tem essa ideia do conceito de totalidade mesmo. A ideia, por exemplo, muito diferente do que a gente escuta hoje, a ideia de que o português, a matemática, a história, geografia, educação física, tinham a mesma importância na formação humana e na formação escolar. Hoje a gente vê, que parece que história e geografia não existe mais, filosofia muito menos... a ideia é sempre essa, de português e matemática, como se fosse o suficiente a gente aprender a ler, escrever e contar... Pra entender o mundo é preciso outras áreas, outros campos de conhecimento. Então a gente construiu uma proposta político-pedagógica muito linda, tenho muito orgulho dessa experiência com os professores e com essas professoras que nos ajudaram a construir os NEEJAs. E aí, claro, que quando terminou o governo Olívio, o NEEJA incomodava... os governos conservadores, os governos de direita, não os governos de extrema-direita, como a gente tem hoje, mas os governos conservadores e de direita, e os movimentos que os governos que sucederam o Olívio sempre fizeram foi de desmanchar e desmontar os núcleos de EJA. Hoje, na verdade, nessa concepção que eu estou te falando... olha, eu não tenho certeza, mas acho que não resta mais nenhum. Existe uma resistência, aqui em Porto Alegre, de dois núcleos. Um núcleo do Menino Deus, que estava fechando, e o núcleo da Carlos Gomes, que também estava fechando, mas os professores e professoras continuam lutando pela continuidade dessa experiência. Então, é isso assim. Uma história de construção coletiva muito forte, muito potente, muito competente... e que respondia às necessidades dos estudantes, sejam eles jovens, adultos e até mesmo dos estudantes idosos. E, além disso, além dos NEEJAs, além das escolas, da EJA nas escolas estaduais e dos exames supletivos, no governo do Olívio a gente criou o MOVA-RS, Movimento de Alfabetização de Adultos do

Rio Grande do Sul, inspirando no MOVA-SP, que o Paulo Freire fez em 1989, e que a gente também fez aqui em Porto Alegre, o MOVA-Porto Alegre. E no MOVA-RS, nós alfabetizamos aqui no Rio Grande do Sul, num período de quatro anos, 200 mil pessoas. Chegamos a ter 8,6 mil turmas de alfabetização em todo o estado. Bom, eu acho que a gente trabalhava feito... nem sei. Acho que... hoje a gente olha pra trás e pensa assim... eu não sei como é que a gente deu conta, sabe? Porque era muito compromisso. Era muita gente muito apaixonada pelo trabalho que fazia, com muita disposição pro estudo, e a gente estudou muito. A gente estudou muito. Não era nada empírico. Era tudo com muito estudo, com muita reflexão, com muita sistematização e com muita seriedade. O governo do Olívio, os governos de Porto Alegre investiram muito na formação de professores e professoras. E há que se dizer, uma coisa importante: toda a política de EJA da gestão do Olívio, os MOVAs, os NEEJAs, a oferta dos exames e a oferta de EJA nas escolas estaduais, toda ela, nos quatro anos de governo do Olívio, quem pagou foi o recurso da educação. Nós não recebemos um centavo do governo Fernando Henrique Cardoso. Não recebemos uma verba federal. Toda ela foi com salário, educação e com recurso do estado. Porque o governo agora entendia a importância... entendia a EJA, não como gasto mas como investimento.

[Aqui há uma breve pausa na conversa, em decorrência de um problema de conexão]

LB: Então é isso, Guilherme... tem algumas pesquisas de mestrado, especialmente da Teresinha, sobre os NEEJAs, aonde ali tu vai encontrar todo o histórico, vai encontrar o projeto político-pedagógico. vai encontrar, inclusive, os números de autorização desses quarenta e poucos núcleos de EJA... e a Tere foi diretora de um núcleo de EJA da cidade de Bento Gonçalves, então ela faz uma análise bem interessante. É um trabalho legal de tu conhecer. Depois eu te mando, acho que eu tenho aqui. E te mando o projeto político-pedagógico que a gente construiu com os professores e professoras. Acho que eu tenho aqui também.

G: Vai ser muito bom! Então tá, mais alguma coisa para adicionar?

LB: Eu acho que o importante é... Assim, a gente tá na estaca... não é nem na estaca zero. A gente tá no “menos um”. A gente precisa voltar a lutar, primeiro, pela EJA como um direito. Nós vamos ter que voltar aos anos 80, lutar pela Educação de Jovens e Adultos como um direito público, e portanto dever do Estado brasileiro. A gente vai ter que voltar a lutar por um projeto político-pedagógico que tenha a cara das necessidades, das utopias e dos projetos de vida... das pessoas que participam da EJA. A gente vai ter que lutar por uma concepção de

EJA que tenha a ver com a formação pra cidadania, com a formação para o mundo do trabalho... é um processo de retomada, de refundação da Educação Popular, na educação brasileira como um todo, e em particular na Educação de Jovens e Adultos. Acho que a gente tem, hoje, de novo, duas aliadas na assembleia legislativa, que tem a pauta da EJA nas suas mãos: a Stela Farias (PT) e a Sofia Cavedon (PT). São duas pessoas que conhecem muito a Educação de Jovens e Adultos. Acredito que a gente vai ter aí um período... bastante desafiador pra resistência dos núcleos de EJA que, de alguma forma vem tentando fazer... eu não sei se tu conversou com o Sílvio, que é um dos diretores do núcleo. O Sílvio tem isso na palma da mão. Ele sabe tudo e pode te atualizar...

[Finalizamos a conversa com os devidos agradecimentos e a gravação foi encerrada]

Anexo 5: carta de cessão de direitos sobre depoimento oral de Sílvio Alexandre.


Guilherme Goettens <ggoettens96@gmail.com>

Carta de cessão

Silvio Mello <silvioamo@yahoo.com.br>
Para: Guilherme Goettens <ggoettens96@gmail.com>

27 de março de 2023 às 09:12

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu Sílvio Alexandre Mello de Oliveira, portador do CPF nº 57534039053, declaro ceder ao acadêmico Guilherme do Nascimento Goettens, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de minha entrevista, gravada em 07/03/2023 e 23/03/2023. O acadêmico fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

O preenchimento desta ficha e seu retorno por e-mail configura assinatura eletrônica do documento.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Anexo 6: transcrição da entrevista de Sílvio Alexandre.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Data: 07/03/2023

Deponente: Sílvio Alexandre - SA

Entrevistador: Guilherme Goettens (242235) - G

ENTREVISTA

G: Então, professor. Gostaria que tu começasse falando um pouco sobre ti, sobre a tua carreira, como tu acabou na carreira docente...

SA: Boa noite, Guilherme. Na verdade, assim, por que eu fui fazer faculdade em História, né? licenciatura de História. Eu tive uma professora, no antigo primeiro grau, hoje o Ensino Fundamental, né? Na minha época era da primeira série à oitava série. Eu estudei no colégio Doutor Gustavo Armbrust (E.E.E.F. Dr. Gustavo Armbrust), ali no Jardim Sabará. Fiz todo o primeiro grau ali. E da quinta série até a sétima, eu tive uma professora de História cujo nome era Maria Aparecida Bergamaschi, a Cida. Naquela época, era uma jovem estudante universitária na FAPA, e me dava aula de História. E ela falava de imperialismo. Bah, aí foi que, sabe quando dá aquele estalo, né? Então, eu gostei, né? Me apaixonei por História. Sempre tive facilidade e afinidade, em História e Geografia, em Linguagens também, né? E muita dificuldade em cálculos... Matemática... Depois, no Ensino Médio, a Física e a Química eram muito difíceis pra mim. Mas essa área, das Humanas, foi sensacional. Tive uma boa professora de Geografia ali também, a professora Nádia. Já falecida. Só um detalhezinho aqui: cuja filha dela é uma professora de arte hoje, e foi professora do meu filho no Daltro Filho (E. E. E. F. Gen. Daltro Filho). Então, as coisas que acontecem na vida assim, né? E depois, no Ensino Médio, eu estudei no Dom João Becker, onde eu tive a professora Joana, de História. Uma professora que um dia foi dar aula pra nós com o braço todo engessado, porque tinha apanhado dos brigadianos na Praça da Matriz. Então essas coisas iam me fazendo gostar cada vez mais de História, né? E eu terminei o Ensino Médio, o antigo segundo grau, no Dom João Becker, e fiquei uns dois... três, quatro anos sem estudar. Porque eu tava meio indeciso. Eu queria fazer a faculdade de História, mas não tinha o apoio familiar pra isso, né? Meu pai preferia que eu fizesse Engenharia Civil, e eu sempre com dificuldade na área de cálculos, né? Até uma vez eu fiz, com dezoito anos, um curso técnico no SENAC, de desenhista-copista, e não concluí o curso, não cheguei a

terminar o curso. Porque não tinha... não era o que eu queria. Cálculos e cálculos e eu cada vez mais querendo ver longe de mim os cálculos, né? E fiquei esse tempo assim, sem estudar, só trabalhando. E aí, resolvi fazer o vestibular na FAPA, com 22 anos, fiz o vestibular na FAPA e passei. E eu posso dizer assim, a FAPA tinha uma boa fama, que se manteve. Eu gostei muito de ter feito a faculdade lá, na FAPA. Fui aluno do Fernando Seffner. Fui aluno da Vera Barroso, da Tânia Chagas Teles, do Igor Moreira... Professores que já estão até aposentados, alguns. Esses dias encontrei o professor de Ecologia... o professor Sérgio, aposentado já. E, fiz quatro anos da minha faculdade, então à noite, na FAPA, né? Numa dessas noites, na FAPA, período eleitoral... eu entro na... a gente vem do trabalho e entra no portão da FAPA, e quem é que eu encontro militando, panfletando para o seu candidato lá? Professora Cida. Aí eu me reencontrei com ela ali, depois convidei ela pra minha formatura. E a professora Joana do Dom João Becker também. E realmente, assim, quando eu entrei na faculdade, bah, era o que eu gostava, o que eu queria. A licenciatura... vamos dizer assim, o curso de História. E a questão da licenciatura foi um pouquinho depois, assim, né? E aí, eu te digo que foi um pouquinho traumático, assim, a licenciatura. Porque a preparação para a sala de aula, ela era precária. Eu fiz a faculdade em 1995. Não é que ela era precária, ela era insuficiente. Te preparar pra entrar em sala de aula e encontrar crianças... crianças e adolescentes. Acho que os cursos de licenciatura melhoraram bastante, de 1995 pra cá. A didática, a prática de ensino, o tempo que o estudante da licenciatura fica nas escolas, em sala de aula. Por que no meu tempo ali, de faculdade, foi pouco tempo. Então me formei e fui aprender na marra. E em 1997, no terceiro ano de faculdade, eu peguei um contrato de estágio remunerado no estado do Rio Grande do Sul, governo Antônio Britto. Cujo salário era um horror, horror. Assim, era pago por hora/aula. Era pior do que o salário dos professores, que estavam fazendo greve. E eu participei de greve como estagiário remunerado, 1997, uma greve grande contra o Britto. Tinha os contratados, que recebiam um salário ruim, e esse estágio remunerado era o pior dos piores. E tu tinha que dar aula. Eu assumi turmas de uma escola no Sarandi, a escola Cristóvão Colombo, turmas da quinta série até o terceiro ano do Ensino Médio. Falta de professores, cheguei no meio do ano e não tinha professor. A diretora, descabelada, sem professor, sem RH. Me deu os livros e os diários de classe e 'oh. Vai, vai. Te vira.' e aí foi aquilo. Muito ruim, essa situação assim. Não é adequado isso, né? E, na verdade, desde lá a situação da escola pública não melhorou, né? As faculdades melhoraram seus currículos, mas a questão dos professores e funcionários de escola, questão salarial terrível, e o sucateamento da rede, falta de RH, sucateamento da estrutura dos prédios das escolas, falta de bibliotecas, de ginásios esportivos... tudo... em 1995, 1997, 1998. Em 1997

nós fizemos uma greve muito forte contra o governo Antônio Britto. Aquela greve que teve as passeatas luminosas, com velas e tal. E desgastamos. O governo foi desgastado. O Antônio Britto foi desgastado. Foi mostrada a face cruel dele para a sociedade. Mas então foi esse o período assim. Em 1999, daí em janeiro de 1999, eu me formei, aquela solenidade e tal, e fui trabalhar, em março de 1999, na Secretaria de Educação. No primeiro ano do governo Olívio Dutra, fui trabalhar num setor da Secretaria de Educação cujo nome era Central de Vagas, que é o que distribuía vagas. Naquela época faltava vaga nas escolas principalmente para o Ensino Médio, antigo segundo grau. Então eram filas de famílias querendo vaga pros seus filhos. Um horror, um caos... o governo Olívio tomando contato, assim, da gestão, né? Primeira vez que o PT assumiu o governo do estado. E, naquele ano mesmo, eu fiz concurso. Saiu concurso público pro magistério, eu fiz. Eu passei. E, ainda em 99... Não, em 2000, eu assumi como nomeado. 20 horas no estado. Aí eu assumi numa escola em Belém Novo, como professor em sala de aula, trabalhei o ano todo naquela escola. Mas a questão, assim ó, da... gostar de História é uma coisa. Sim, eu gosto de História. Embora eu tivesse colegas que faziam... isso me marcou muito até hoje: eu tive colegas lá na FAPA que faziam o curso de História e que não gostavam do curso de História. Então, uma coisa meio... Eu fui fazer o curso de História porque eu gostava do curso de História. Então eu lia muito. Comprava os livros no sebo, essa coisa toda, enfim. Então, gostar do curso de História é uma coisa, mas dar aula é outra coisa. É diferente. E lá em Belém Novo, era uma escola que atendia uma população vulnerável... difícil, um desafio enorme. E fui avançando, fui aprendendo, né. Mas sempre, sempre, acho que é importante destacar: sempre nos faltou apoio. Apoio de quem? No curso de licenciatura, era insuficiente. E depois, o apoio da mantenedora. Quem é a mantenedora? A Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul. Formação... ali naquele governo Olívio tiveram algumas formações, algumas tentativas de formações, a Constituinte Escolar... alguns processos interessantes. Mas, mesmo o próprio governo Olívio, não conseguiu resolver a questão salarial. Não conseguiu... houve um desencanto muito forte da categoria, porque é uma categoria que amarga perdas históricas. Então, qualquer governo que chegar amanhã e dizer assim ó: ‘vamos amanhã dar um aumento de 100% no salário dos professores’, ainda não terá feito tudo que deveria ter feito pela educação. As perdas são históricas. Agora o Eduardo Leite fala aí que teria que dar 14.95[%], pela lei do piso, não é nenhum favor. E tá fazendo artimanhas pra conceder apenas 9.45[%], e fazendo coisas terríveis. Incluindo aposentados, excluindo os funcionários, usando artimanhas da alteração do plano de carreira que ele fez pra dar um percentual menor pra uma parcela da categoria. Uma situação terrível, que ele criou no primeiro mandato dele, no nosso

plano de carreira. E a gente exige que os 14.95[%] seja para todos: da ativa, aposentados e funcionários. E mesmo assim, esses 14.95[%] estão muito longe de recuperar as perdas históricas da categoria. Então, esse processo todo eu atravessei. Daí em 2000... em 1997 e 1998 eu dei aula como estágio remunerado, contrato de estágio remunerado, em 2000 eu assumi como nomeado. E, desde então, como professor, 20 horas primeiro, depois 40. Atualmente, na verdade, desde 2013, com 60 horas. Duas nomeações. E desde 2013, trabalhando na Educação de Jovens e Adultos, na EJA. Até 2013 eu trabalhei no Ensino Fundamental. Um pouquinho no Ensino Médio, mas muito no Ensino Fundamental. Trabalhei, ao todo, em torno de dez escolas. Zona norte, zona sul, de Porto Alegre. E desde 2013, entrei na EJA. A primeira vez que entrei na EJA foi em 2013, numa escola que abriu a EJA pela primeira vez em 2013, a escola Lídia Mosquetti, na zona norte de Porto Alegre. 2013, a diretora conseguiu, uma comunidade abriu EJA e recrutou professores. E eu, no projeto, conheci o pessoal aí. Fui dar aula de História lá. Então, a minha experiência com EJA foi ali. 2013, 2014, na EJA. Semestral, que é um pouco diferente do NEEJA, onde eu trabalho atualmente, né? 2015, eu continuo trabalhando, então, no Ensino Fundamental, e inicio o trabalho NEEJA Paulo Freire, que é onde eu trabalho hoje. Então desde 2015. E aí fui alternando. De 2015 até 2021 eu trabalhei no Ensino Fundamental, Ensino Médio técnico, pós-médio, técnico, e no NEEJA. E desde 2022 eu estou direto só no NEEJA, na Educação de Jovens e Adultos. Outra experiência maravilhosa, sem nenhum apoio da mantenedora. Não há nada da Secretaria de Educação. Lá em 2013, 2014, timidamente alguma coisa. E depois de 2015, quando assume o governador Sartori, absolutamente nada para a EJA, e para os NEEJAs menos ainda. E pelo contrário, a partir de 2016 o (José Ivo) Sartori começa a querer fechar os NEEJAs. Fechou várias escolas. Essa moda de fechar escolas começa com a... o Britto fechou escolas. Nós chegamos a ter, no estado do Rio Grande do Sul, em torno de 3 mil escolas estaduais, hoje nós temos 2.350 escolas estaduais. Então essa moda foi com o Britto, depois deu uma estancada, o Olívio praticamente não nos fechou, mas depois vem a Yeda Crusius, que fechou um monte de escola, fechou turmas, ficou famosa pelas escolas de lata. Um governo horrível do PSDB. Depois vem o (Germano) Rigotto, que foi aquele marasmo. Aí vem o governo Tarso (Genro), que fechou algumas escolas, poucas, mas fechou. Pouquíssimas, mas lamentavelmente fechou. Escolas não devem ser fechadas, escolas devem ser mantidas abertas. Mesmo que tenha cinquenta, sessenta alunos. O que o gestor deve fazer? Adequar a estrutura de RH para atender aquelas cinquenta, sessenta crianças daquela comunidade. Fechar em último, extremo caso. E depois, quando o Sartori assume foi um horror, assim, o que se fechou de escolas, com o governo Sartori, Secretaria de Educação.

Governo Eduardo Leite, no primeiro mandato dele, fechou muitas escolas. E esses governos todos fecharam muitas turmas. Enturmaram, multiseriaram, juntaram séries. Um crime, no interior do estado. Municipalizaram, no interior do estado, escolas de Ensino Fundamental. Entregaram pros municípios. E fecharam escolas, turnos de EJA... Escolas de EJA, turnos de EJA, assim, a varrer... a Educação de Jovens e Adultos é um verdadeiro crime, né? Bom, e depois aí quando vem os governos Temer e Bolsonaro, pior ainda. A educação... enfim, os investimentos sociais como um todo, mas a educação foi uma área muito atingida por esses governos. E a Educação de Jovens e Adultos... um horror. Porque... eu considero assim, esses governos tem uma dívida com essa população, com jovens e adultos que não conseguiram cumprir seus estudos lá na idade da adolescência, da infância e adolescência. E os governos, todos os governos, enfim, deveriam ter uma responsabilidade, uma preocupação em investir em garantir pra que jovens e adultos se formem, fora da idade adequada, mas que possam se formar com qualidade. E não é o que acontece, é um horror. Então... essa é uma luta que a gente tem feito aqui nos NEEJAs, né? Contra o governo Sartori, governo Eduardo Leite... na época do governo Bolsonaro, contra o governo Bolsonaro, que são governos que foram inimigos da educação e da EJA. E sem nenhum apoio... retirada de verba, sucateamento, fechamento das estruturas... os NEEJAs eles tentaram fechar, dizendo que os NEEJAs não tinham público. O nosso NEEJA Paulo Freire, antes da pandemia, matriculava 2.400, 2.500 estudantes por ano. Durante a pandemia obviamente que isso se alterou, né? Os dois anos de pandemia. Mas agora, o ano passado, no ano de 2022, em que nós retomamos, no início com cuidados sanitários, e depois foi se resolvendo o problema da pandemia, nós matriculamos, em 2022, 2 mil estudantes. Aqui nesse NEEJA Paulo Freire. Porque existe uma grande demanda, em Porto Alegre e região metropolitana, e Rio Grande do Sul, de jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram seus estudos. Dados do DIEESE, dados do IBGE, documentos produzidos pela assembleia legislativa. Em Porto Alegre, 650 mil jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram a educação. Os estudos básicos. Desses 650 mil, a maioria são mulheres. Hoje eu tô aqui falando contigo no dia 8 de março, e a maioria são mulheres. Região metropolitana de Porto Alegre, 2 milhões e 900 mil jovens e adultos, acima dos 18 anos, que não concluíram, uma boa parte, o ensino fundamental, e uma outra parte, faltando o ensino médio. O estado do Rio Grande do Sul todo, em torno de 4 milhões e meio de jovens e adultos. Esse dado que eu tô te dando, ele é de um documento produzido em uma assembleia em 2018. Aí tu vai me dizer assim: 'Pô, mas 2018 tá defasado'. Não, não tá defasado. Porque, na verdade, os indicadores sociais do país, de 2018 pra cá só pioraram. Nós atravessamos um governo do Bolsonaro com pandemia. onde esses

dados todos só... indicadores sociais só pioraram. Mapa da fome, exclusão, enfim... toda essa situação. Então... e existe essa demanda, e na verdade o estado deveria investir em ampliar as turmas de EJA, ampliar os NEEJAs. Existem, hoje, no Rio Grande do sul, 24 NEEJAs, entre NEEJAs comunitários e NEEJAs prisionais, sediados em 19 cidades. Porto Alegre tem 5 NEEJAs comunitários e 2 NEEJAs prisionais. Só aí já são 7. E o restante estão espalhados no interior. Mas a maioria deles, sem uma estrutura adequada para o processo de ensino e aprendizagem. Que que é uma estrutura adequada? professores em número suficiente para atender jovens e adultos que se matriculam, e que estudam no turno que podem. Então a ideia básica do NEEJA é funcionar de segunda a sexta, manhã, tarde e noite, para que os jovens e adultos, trabalhadores ou desempregados, possam adequar o seu horário, montar o seu horário, a partir dessa oferta que o NEEJA oferece. E para isso precisa ter um número X de RH... um número mínimo de professoras e professores pra dar aula. Nós temos momentos de aula, e momentos de... que eles fazem prova para ir avançando. E a maior parte dos NEEJAs tem meia dúzia... cinco, seis, sete professores que apenas aplicam provas, conseguem fazer um remendo de aula. É uma estrutura inadequada e é uma irresponsabilidade da mantenedora, no caso a Secretaria de Educação. As próprias pessoas que trabalham na Secretaria de Educação, uma boa parcela delas, desconhece a dinâmica de funcionamento dos NEEJAs. Eu sempre digo assim ó, eu e vários colegas, né? A melhor relação custo-benefício é o NEEJA, para atender essa demanda de jovens e adultos. Obviamente que tu precisaria, a partir de uma proposta séria... da mantenedora... fazer um processo de discussão com vistas a qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Pra ofertar um processo melhor pros jovens e adultos. Pra que eles, em um tempo razoável, se formem, aqui, no Ensino Fundamental, no Médio... na alfabetização, que tem aqui também. Se formem com qualidade, afim de poder fazer um curso técnico, tecnólogo, faculdade... enfim, qualquer coisa que eles quiserem. Que é o que a grande maioria deles faz. Então, se tu oferecer uma boa qualidade aqui, ele vai ter um desempenho melhor lá, no curso técnico, lá na faculdade, e vai ser um profissional melhor. Vai ser um cidadão melhor. Enfim, assim que se deve construir um país, né? Mas não é a realidade. Então assim, uma coisa importante de dizer também: tem uma expectativa que agora, nesse ano de 2023, com o novo governo federal, com governo Lula, com novo ministro da educação, se mude essa situação. Se melhore essa situação. Se mude esse clima que nós vivemos, de negacionismo, de perseguição aos grandes pensadores brasileiros, de perseguição à ciência. E se mude isso, se melhore essa situação. Mas assim, é... vai ser difícil recuperar essa situação toda. Claro, eles têm a tarefa. Eles têm a responsabilidade de fazer essa mudança. São qualificados... precisa é

ter vontade política de fazer, né? Porque a gente precisa... é uma coisa assim, a gente precisa... salário melhor, essa questão salarial precisa ser resolvida no Brasil. Não pode... professores, pessoas com curso superior da área da educação ganharem menos do que outras pessoas com curso superior de outras áreas. Engenheiros, médicos, advogados... a média salarial dessas pessoas é melhor, é superior à dos que trabalham na educação. E não se justifica isso, por que no discurso... Agora nós estamos vivendo uma situação surreal. Eduardo Leite, durante a campanha, e depois de eleito, prioridade zero dele? educação. Segunda prioridade? educação. Terceira? educação. Mas na prática, o que que ele tá fazendo? Hoje, dia internacional da mulher, ele deu uma entrevista... saiu um notícia dele, que ele mandou cortar o ponto daqueles que participarem das paralisações, por que a gente tava numa negociação de ponto salarial, ele mandou cortar o ponto. Sendo que na nossa categoria, a maioria dos que trabalham são mulheres professoras, e mulheres funcionárias de escola. Dia internacional da mulher e o cara faz isso, né?”

- Pausa -

G: Então tá, professor, gostaria que tu falasse um pouco sobre o que é a militância pra ti. Como é ser um professor militante? Qual é o papel da militância na tua vida?

SA: “Tá, deixa eu te falar assim, então ó. Como eu disse antes, em 1997, quando eu entrei com aquele contrato de estágio remunerado, eu entrei na escola Cristóvão Colombo, lá no Sarandi. E tinha um grupo muito mobilizado lá. Bah, um grupo de professoras e professores, funcionárias de escola, mobilizados. Todo mundo indignado com o governo Antônio Britto, que tinha assumido em 1995, com o slogan ‘paz na educação’, era o slogan dele por que ele que sucedeu o governador Alceu Collares e a secretária Neuza Canabarro, que tinha brigado muito. E ele vem com aquela... pura balela, né? ‘Paz na educação’. Mas mostrou qual era a intenção dele, né. Então, em 1997 era o terceiro ano do governo dele, o pessoal já tava por aqui com ele, e fazendo greves... enfim, lutando para defender as questões salariais e a escola pública. E nesse negócio, eu comecei a participar. Sempre gostei muito de acompanhar a política, enfim. Tudo a ver, né? E participei daquela greve, como estagiário remunerado, olha só. Mas não quis nem saber... nem tomei conhecimento se podia ou não podia participar e fui participar das atividades da greve, das caminhadas. Tinha as caminhadas no Sarandi, caminhada aqui, caminhada lá. E, não conseguimos... a categoria não conseguiu o que queria. A presidente do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) era a Lúcia Camini, que depois foi secretária de educação durante o governo Olívio. E a Lúcia,

durante o governo Britto, ela defendia a história... a defasagem era 190%. Ele tinha que dar 190% pra realmente superar as perdas inflacionárias da categoria. Obviamente que não deu. Não deu nem um terço disso. E debaixo de muita greve e pressão pra conseguir algum percentual de aumento. Então, pra mim, foi meio que natural essa coisa assim... de cursar História. Não tão natural dar aula, né? Não é aquela coisa... que eu não gostasse. Não, eu gostava. Me ressentia de não ter tido um apoio melhor. Da formação universitária, e depois da mantenedora. Então, dar aula foi uma coisa assim... um desafio. Tu é largado, solto, na sala de aula... e te vira. Não sei se isso continua, até quero ouvir a tua opinião... como que tá a formação. Eu acho que ela se aprimorou bastante. Talvez não seja o suficiente ainda. E participar dessas questões de reivindicação de questão salarial. Porque o salário é horrível. O salário é baixo. O salário de professor e de funcionário de escola é baixo. E, essa coisa do sindicato. Fui começando a ver o sindicato... a conhecer o CPERS, que é um sindicato histórico, um dos maiores do Brasil, um dos maiores da América Latina. Um sindicato... como eu disse, a categoria é 85% mulheres, né? Mulheres que fizeram greves durante a ditadura militar, aquela história toda... o sindicato tem uma sede no centro de Porto Alegre... um prédio, uma sede... teve recurso dos associados pra construir... enfim, uma instituição forte no Rio Grande do Sul. Hoje tá com alguns problemas sérios, mas foi muito forte. Histórica. Arrancou conquistas dos governos, desde a época da ditadura militar. Então, em seguida ali... quando eu fui nomeado, em 2000, eu participei... eu me filiei ao sindicato, só que eu tava numa escola lá em Belém Novo, e era o núcleo 39 do sindicato. Participei do núcleo, participei das atividades... daí tinha atividade na Redenção, tinha abaixo-assinado aqui, e abaixo-assinado ali... porque teve greve no governo Olívio Dutra. Durante o governo Olívio teve uma greve muito forte. Histórica. Porque, qual era o sentimento da categoria? Que, governo Olívio, e Lucia Camini (como) secretária da Educação, nós íamos conquistar os 190%, ou alguma coisa próxima. Mas, na verdade, o que o governo propôs foi algo muito inferior a isso. E aí, isso gerou uma situação difícil. E se fez greve. Mas a relação com o governo foi uma relação de respeito, verdade seja dita. Mas, enfim, terminou o governo Olívio e a categoria terminou, uma parte pelo menos, ressentida... Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores, fiz campanha pro Partido dos Trabalhadores... Mas a questão do Magistério não foi resolvida. E fiquei no núcleo ali, né? Depois, me transferei pra escola da Zona Norte e fui pro núcleo 38, onde estou até hoje. Que é o núcleo que reúne as cento e vinte escolas da Zona Norte de Porto Alegre. O CPERS se organiza no estado por núcleos. São quarenta de dois núcleos pra abranger todo o estado. Então tem a direção central e os núcleos. E eu faço parte então, desde 2005, do núcleo 38. De 2016 a 2020, 2021, eu fiz parte da direção do

núcleo 38... foi uma experiência também, uma situação bem... saiu na metade da pandemia, daí teve eleição... agora tem uma nova gestão, no núcleo 38. Mas, na direção central continua o mesmo grupo político, que está há dez anos, e que na minha opinião, e de várias pessoas, erra nas estratégias, né? Pra arrancar, pra lutar, pra defender a categoria. Perdeu coisas... por que, assim... governo Sartori e governo Eduardo Leite são governos duros. Mas, até antes do governo Sartori, o sindicato enfrentou governos duros, com dureza. E essa direção, na minha opinião, e de outros, errou nas suas estratégias, errou nos seus métodos, e, em dez anos, não conquistou absolutamente nada. Mas isso faz parte da vida sindical, né? Continuo. Sou sócio. Participo. Agora mesmo participei da assembleia geral, semana passada. Na sexta-feira, dia três de março, teve assembleia geral. E, no dia vinte e oito de fevereiro, eu participei da assembleia do meu núcleo, por que os núcleos fazem as suas assembleias regionais. E a luta continua. Aqui em Porto Alegre nós estamos com um problema, que é a questão da... entre os vários problemas, a passagem escolar para professores, que o (Nelson) Marchezan e o Sebastião Melo estão atacando esse direito, retirando. E os funcionários de escola, que nem tem esse direito, é uma luta antiga nossa, pra que os funcionários pudessem ter a passagem escolar. E os próprios estudantes, secundaristas, universitários, também sofreram os ataques do Marchezan e do Melo na questão da passagem escolar... criando mecanismos pra reduzir, pra dificultar o acesso a essa questão, que é importante. Então, pra mim, a militância é isso. É defender as questões salariais, previdenciárias, saúde... nosso IPÊ Saúde, o IPÊ Previdência, salário, formação permanente, que deve ter e que não tem... e que piorou muito nos governos Sartori, Eduardo Leite pra cá. No governo Eduardo Leite vem essa coisa dos institutos privados, essas ONGs, sem tradição na área da educação... Então, o Eduardo Leite não fez nenhuma parceria com as universidades públicas, com os Institutos Federais, que são qualificados pra trabalhar formação, optou por fazer parceria com fundação Lemann, essa que tem aí o escândalo das Americanas, Itaú... essas “pilantrópicas” aí... E a outra questão é defender a escola pública. Gratuita. De qualidade. As nossas escolas públicas deveriam ter a mesma estrutura predial, tecnológica e de RH da melhor escola particular de Porto Alegre, por que a verba pra isso tem. São os impostos. Especialmente, os impostos que os trabalhadores pagam. Por que, no Brasil, proporcionalmente, quem mais paga imposto é o trabalhador. Imposto na fonte e imposto sobre o consumo. Então, os governos tem dinheiro pra resolver a questão, só que não fazem. E, como eu disse, o Eduardo Leite fala em prioridade pra educação, início de ano como é que aconteceu? escolas sucateadas, falta de RH, fazendo artimanhas pra não pagar o reajuste salarial da lei do piso. E, o discurso de educação como prioridade não passa de um discurso. A prática é uma prática de

constrangimento, de assédio, de perseguição, de falta de formação, de falta de investimento... com vistas, inclusive, o grande desejo, o sonho de consumo desse campo político do Eduardo Leite, do Sartori... que estão juntos agora, PSDB, MDB, no governo do Estado, o sonho de consumo é privatizar a educação pública. Entregar parcelas... e aí, principalmente a Educação de Jovens e Adultos, entregar isso pra aquilo que a gente chama de “tubarões do ensino privado”, que são essas Lemann, Monteiro Lobato, instituto Ayrton Senna... essa pilantragem toda aí.”

G: Muito obrigado, professor. Agora, aproveitando o gancho, eu gostaria que tu explicasse um pouquinho mais essa diferença para educação, principalmente para a EJA e para os núcleos, entre as administrações populares e as impopulares.

SA: “Certo, deixa eu te dizer assim... eu sou professor da rede estadual. Fiz concurso, passei, mas nunca fui chamado pra rede municipal. Em Porto Alegre teve uma experiência importante da administração popular, por dezesseis anos. Então, eles tinham um processo... eu nunca fui, mas a gente acompanhava de longe, tinha colegas, e tem colegas até hoje... e a gente acompanhou um processo rico de formação, de investimento e de valorização salarial, isso é verdade. Que, depois, com a saída da administração popular, a educação começa a ser atacada. A ponto de, hoje, ter contrato emergencial na rede municipal de Porto Alegre, que é uma forma precária de contratar, que não existia. E por que existe hoje? Pela irresponsabilidade dos governos que vieram depois... José Fogaça, Marchezan, Sebastião Melo... Então, na rede estadual, eu vivi ali dois governos, o governo Olívio Dutra e o governo Tarso Genro, onde houveram avanços importantes. Onde se respirava democracia. Nós pensávamos diferente em várias questões, concordávamos em outras, mas a gente conseguia discutir, debater, lutar, reivindicar, pressionar... fizemos greve no governo Olívio, fizemos greves fortes no governo Tarso... No governo Tarso, nós tivemos 74% de aumento, ao longo dos quatro anos, mas eu, e uma parcela da categoria que participa do CPERS-Sindicato, a gente diz o seguinte: não foi o governo Tarso que nos deu os 74%, fomos nós que arrancamos com a nossa mobilização. Por que o sindicato deve ser independente dos governos. Nós arrancamos os 74%. Mas o que nós queríamos que o Tarso honrasse sua palavra e nos desse era a lei do piso. Teve toda uma polêmica com o Tarso, na questão da lei do piso salarial nacional. Então, essas administrações criaram expectativas e saíram desgastadas, tanto Olívio quanto Tarso. Essa é uma avaliação aqui que é minha, e da qual eu comungo com outros colegas da categoria, mas sim... comparando esses governos com os governos do PMDB, PSDB... Não há comparação. É infinitamente superior, a

qualidade intelectual, a qualidade da proposta política de governo do Olívio e do Tarso... foram muito superiores aos demais governos... É que, enfim, nós não vivemos no paraíso. Não se conseguiu fazer tudo o que se queria, a coisa é muito dinâmica. A gente não tem ilusão de que vai resolver todos os problemas em quatro anos de uma gestão de um governo popular. A gente sabe disso. Mas que nem agora, vou te dar outro exemplo: no governo Lula, agora, o terceiro governo do Lula, uma coisa que tá nos inquietando, uma parcela grande da sociedade, da área da educação, principalmente. Das entidades do movimento educacional, uma coisa que tá inquietando é essa questão sobre o Novo Ensino Médio. Vários... trezentas entidades assinaram uma carta aberta, achando que o ministro Camilo Santana tá demorando demais pra mexer nessa questão do Novo Ensino Médio. Não é do dia pra noite. Não se revoga assim, do dia 1º de janeiro pro dia 2. Mas a estratégia dele não tá muito adequada ao que nós esperávamos. Por que esse Novo Ensino Médio é um lixo de Michel Temer e de Bolsonaro. Não pode o governo Lula implementar... continuar a implementação de uma reforma feita por esses governos autoritários e negacionistas. Então, isso é terrível. Mas claro que, se comparar, que nem eu te disse antes e repito agora. Vai comparar o que o governo Lula vai fazer, ao que o governo Bolsonaro fez... será infinitamente superior. Só que a gente quer mais. A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. Então é isso, né? E o próprio Lula falou, em vários discursos dele, ele quer que o movimento popular se organize. Pressione. Então nós temos que pressionar. As nossas entidades tem que pressionar. Tem que ter mais força, mais pressão. Não é errado pressionar um governo popular, entendeu? Mas, obviamente que a gente tem que reconhecer as diferenças.

G: Então, agora continuando sobre o começo do desmonte da educação... se quiser falar um pouco mais sobre como começou, qual é o histórico.

AL: “Então, na área da educação, como eu disse, existe um déficit histórico. Existe uma questão histórica, não superada, de pouco investimento na educação do Brasil. Do Brasil de quinhentos anos, não é de agora. Então a questão... a famosa, aquela luta que teve até o início dos anos 2000, dos 10% do PIB para a educação. Isso tinha uma justificativa, que era investir, e transformar uma escola pública no mesmo padrão que a melhor escola particular que existe no país. Então isso é histórico. No Rio Grande do Sul também. É uma luta histórica. O nosso sindicato do CPERS, com seus oitenta e poucos anos, trava uma luta em defesa da escola pública. Por que os políticos de plantão, especialmente os políticos ligados aos partidos de direita, atacaram muito a educação ao longo do tempo. E mais recentemente, de 2015 pra cá, há uma situação terrível no Rio Grande do Sul. Foram quatro anos de governo Sartori, do

MDB, um partido que governou desde a década de 80 e se alternou no poder, e que sempre foram governos de desastre. Pedro Simon, Antônio Britto, Germano Rigotto, depois Sartori. Agora tem o vice do Eduardo Leite, que é o Gabriel Souza. O Sartori foi terrível. Um governo que passou os quatro anos pagando salário atrasado. Uma coisa assim... terrível. Não tinha explicação. Incompetência, sabe? Incompetência. E, daí vem os quatro anos de Eduardo Leite. Terríveis. Os primeiro quatro anos... terrível, terrível, terrível. Depois colocou em dia o salário, mas destruiu o nosso plano de carreira. Nós ficamos oito anos sem aumento salarial, aí no final do último ano do governo Eduardo Leite, na boca da eleição, nós tivemos um aumento ali. Um reajuste, na verdade, de 6%. Mas com viés bem eleitoral mesmo. Ele tinha ido pro segundo turno com Onyx Lorenzoni, aquele candidato negacionista lá. E, foi bem eleitoral assim. E aí uma parcela da categoria votou nele, né? Por que, entre Onyx e ele, tiveram que escolher entre ruim e menos ruim, enfim... são situações que a gente enfrentou, né? Mas assim, um sucateamento terrível. Esses governos Sartori e Eduardo Leite, se tu pegar os dados... até isso tu pode ver na assembléia legislativa, comissão de educação... com a deputada Sofia Cavedon... e no próprio DIEESE, e no CPERS também, eles não cumpriram o mínimo constitucional, que a constituição do Rio Grande do Sul determina que é 35% da receita para investimento na educação. Não cumpriram. Ficaram muito abaixo disso. Manipularam os dados... inclusive agora teve uma denúncia de que o Eduardo Leite, no último ano do governo dele, ele usou verba do FUNDEB para pagar salário de aposentado... Então, assim... desvios, situações irregulares... mas aí, tem o tribunal de contas... mas é, tomam umas decisões meio estranhas nesses tribunais de contas aí, né? Então a gente não entende. Mas são governos... fora da lei. Sucatearam... pra tu ter uma ideia, como eu disse, hoje nós temos 2.350 escolas públicas estaduais. Há vinte anos atrás, nós chegamos a ter 3.100 escolas. Aí eu vou te dizer o seguinte, mas a população decresceu no Rio Grande do Sul, de vinte anos pra cá? Não, ela aumentou. A população aumentou, e como é que o número de escolas diminuiu? A mesma situação, eu poderia te dizer o seguinte, é só tu fazer um levantamento em Porto Alegre. De vinte anos pra cá, fecharam uns dez hospitais, na área da saúde. Cara, isso é um crime, sabe? Um crime. Uma pilantragem da maior. Hospital e escola não se fecha. E os caras fecharam. E a população aumenta, ela não diminui. Se estivesse que nem na Europa, que há um decréscimo populacional, daí tu até poderia... mas aqui não há isso, né? E inclusive, tem um dado, que tu consegue na assembléia lá, que é assim... ao mesmo tempo que vai fechando as escolas estaduais, vai aumentando o número de matrículas na rede privada. Por que? porque a família, individualmente, uma família que tem um filho, dois filhos, ela quer o melhor pro seu filho. Então ela faz das tripas coração. A

classe média, classe média-baixa, faz das tripas coração pra dar o melhor pro seu filho. Se ela puder fazer um esforço e economizar daqui, dali, pra manter o filho na escola privada, mesmo que seja uma pequena escola privada, eles vão manter. Por que a escola pública tá sucateada. Por uma série de faltas... insegurança, não tem segurança no entorno das escolas públicas, aí na privada tem vigilância privada... A família pensa nisso, então ela vai fazer um esforço pra botar o filho lá. Então a rede pública vai ficando sucateada, fechando, oferecendo poucas opções, e a rede privada vai se ampliando. Então, não tem nada a ver com decréscimo populacional, tem a ver com essas estratégias, que os governos usam. Mas isso não é de graça. Na verdade, esses governos têm compromisso com as grandes organizações privadas da educação, que fazem pressão, fazem lobby. Não interessa pra rede de jovens e adultos privada ter NEEJAs funcionando. Público e gratuito. De segunda a sexta. Manhã, tarde e noite. Imagina? Não interessa isso pra rede privada. Não interessa pra esses cursinhos privados. Então eles fazem lobby em cima do governo. Hoje, o maior lobista em cima do governo Eduardo Leite é a fundação Lemann, essa que tá envolvida no escândalo das Lojas Americanas. O Eduardo Leite... inclusive, Eduardo Leite junto com Camilo Santana, que foi governador do Ceará e hoje é ministro da educação. Foram dois... mais alguns políticos, que viajaram pros Estados Unidos pra fazer curso da Fundação Lemann. E a Fundação Lemann tá dentro da SEDUC... abocanhando cursos, formações... formações de qualidade muito ruim, inclusive. Mas enfim, tá abocanhando verba pública ali. Oferecendo apostilas e cursos, enfim... planos miraculosos na área da educação que, na verdade, são muito ruins. Desqualificados.”

- **Finalizamos a conversa com os devidos agradecimentos para, em seguida, encerrar a gravação.**